

convergencia

JUL/AGO — 1973 — ANO VI — Nºs 59/60



Página 329:

- **MISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE RELIGIOSOS,**
Frei Ildefonso Silveira, OFM

Página 342:

- **MISSÃO E TAREFA DE FRONTEIRA,**
Pe. Geraldo Pennock, CSSR

Página 352:

- **AS DIACONISAS,** Frei Irineu Wilges, OFM

Página 361:

- **O PRESENTE E O FUTURO DA VIDA RELIGIOSA,**
Frei Jean Marie René Tillard, OP

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 5.º andar
(ZC-05) — 20 000 — RIO DE JA-
NEIRO — GB

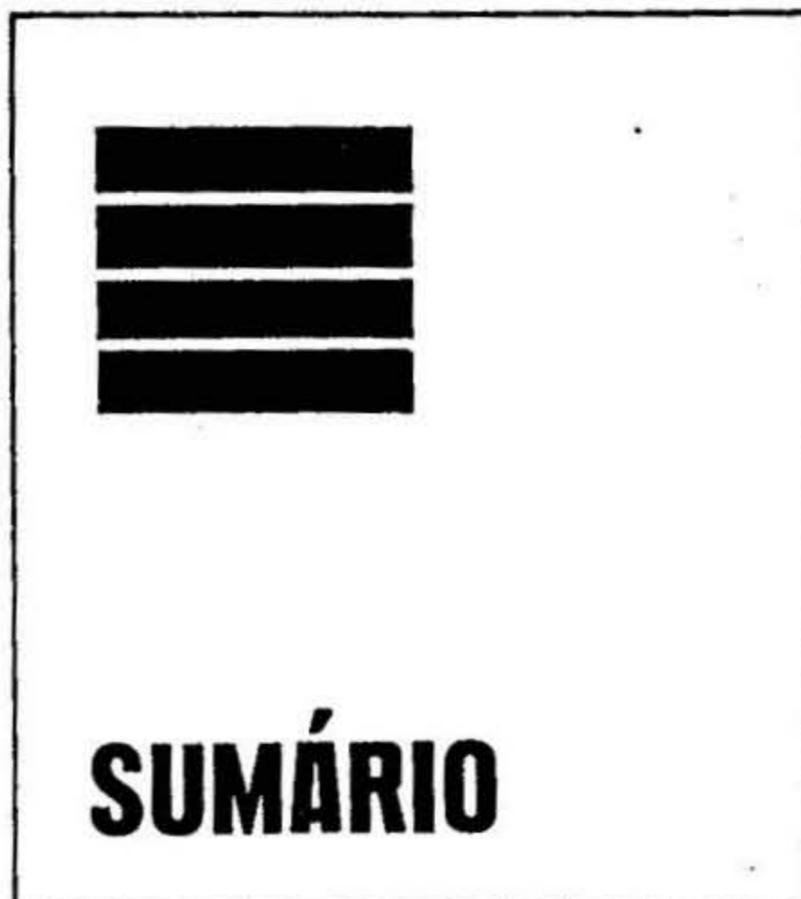
Assinaturas para 1973:

Brasil: via terrestre Cr\$ 40,00
 via aérea Cr\$ 45,00
Exterior: US\$ 12,00
Avulso Cr\$ 4,00

Os artigos assinados são da res-
ponsabilidade pessoal de seus au-
tores.

Composição: Compositora Helvé-
tica Ltda., rua Aníbal Benévolo, 173
Rio de Janeiro - GB.

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100 — 25600 — Petrópolis, RJ.



EDITORIAL	321
INFORME DA CRB	323
<hr/>	
MISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE RELIGIOSOS, Frei Ildfonso Sil- veira, OFM	329
MISSÃO E TAREFAS PRIORITA- RIAS, Pe. Geraldo Pennock, CSSR	342
AS DIACONISAS, Frei Irineu Wil- ges, OFM	352
O PRESENTE E O FUTURO DA VI- DA RELIGIOSA, Frei J. M. R. Til- lard, OP	361
DUAS NOTÍCIAS	374
LIVROS NOVOS	377

Que dizer então da missão do religioso? É o pioneiro da chegada do Senhor, como João Batista. Onde houver menos Cristo, é o lugar do religioso. Onde houver mais injustiça contra o homem, onde houver mais pobreza material e espiritual, onde os outros não querem ir porque nada têm a ganhar, aí será o lugar prioritário do religioso. Ele que se radicalizou, conscientemente, a experiência de Deus em sua vida. O religioso renunciou fazer carreira de prestígio ou de poder, renunciou ser rico, dominar os outros ou se amarrear possessivamente a alguém. Escolheu a liberdade para servir.

Frei Ildelfonso Silveira, em seu artigo, aborda com muita oportunidade e equilíbrio, a dialética que pesa sobre o religioso: engajamento numa Igreja local e estar igualmente disponível para sua Congregação. Qual dos dois compromissos prevalece? Qual o justo caminho para um comportamento cristão, para ambas as partes: Congregação ou Diocese? O autor responde com feliz clarividência.

Pe. Geraldo Pennock analisa a missão do religioso, como tarefa de fronteira. É função do religioso ir à frente. Preparar o caminho. Uma reflexão, sobretudo para a hora presente, quando tantos religiosos se deslocam do Sul para o Norte, e outros se perguntam pelo seu lugar no meio dos homens.

Frei Irineu Wilges apresenta a primeira parte de um estudo sobre as Diaconisas. Trabalho bem documentado e de grande interesse, sobretudo para as religiosas, símbolo que deveriam ser da promoção da mulher.

Pe. J. M. R. Tillard. Publicamos dele uma longa entrevista em que procura situar o presente e o futuro da vida religiosa. O trabalho já se recomenda por ser ele uma das maiores autoridades em teologia da vida religiosa.

A todos desejamos um proveito fecundo ao lerem estas páginas, bem como as luzes do Espírito que nos impulsiona sempre a caminhar.

Frei Constâncio Nogara, OFM

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

III ASSEMBLÉIA-GERAL DA UISG: 1970/1973

CENTRO DE ESTUDOS PARA IRMÃOS EDUCADORES

O Irmão Eugênio Alberto Fossá, ex-Provincial dos Irmãos Lassalistas e ex-membro da Diretoria Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil, é hoje Diretor do **Centro de Estudos Lassalianos da América Latina**, com sede no Brasil. Há um ano dedica-se integralmente ao estudo da problemática da educação, este campo crítico e que exerce tamanha influência nos países latino-americanos. A educação sempre foi um dos meios mais eficientes para se influir decididamente na vida pessoal dos indivíduos. A renovação interna da vida religiosa, meta prioritária seja da CRB como da própria CLAR em âmbito latino-americano, deve ser complementada com muita reflexão sobre a **missão** dos educadores, ponto de interrogações e de impactos para esta renovação desejada. Nesta linha de idéias é que se organizou e trabalha o Centro de Estudos Lassalianos da América Latina, organizando cursos, encontros, seminários que buscam auscultar o problema da vida religiosa nos seus aspectos objetivos e subjetivos de missão educadora.

OS CURSOS

Primeiro: Foi em Medellín, Colômbia, de 16 de julho a 22 de agosto do cor-

rente ano. **Segundo:** Será no México, de 2 de dezembro/73 a 11 de janeiro/74. **Terceiro:** Será em Porto Alegre, Brasil, de 13 de janeiro a 22 de fevereiro de 1974. Como se vê os cursos têm a duração de seis semanas, em regime de internato e tempo integral, de segunda a sexta-feira à noite, com atividades pessoais e comunitárias. No momento, os cursos são abertos apenas para Padres e Irmãos educadores. O número de participantes é no máximo de 45 pessoas. E o preço, calculado à base do dólar, é de US\$ 270 (duzentos e setenta dólares).

O PROGRAMA

Primeira Semana: Convivência comunitária à luz da ciência do relacionamento humano e à luz dos princípios das Constituições de cada Congregação. Procura-se descobrir se os princípios que fundamentam a vida comunitária dos Irmãos Educadores respondem ou não às exigências mais profundas das aspirações do coração humano. **Segunda semana:** As razões mais profundas da forma de trabalho, de oração, de lazer etc. dos Irmãos Educadores. É a comunidade em ação. **Terceira semana:** O sentido mais radical da existên-

cia frente a Cristo. **Quarta semana:** A consagração religiosa como resposta ou não a este sentido mais radical da existência. **Quinta semana:** A educação da fé. **Sexta semana:** A missão, resposta à consagração e à razão do carisma dos fundadores.

Informações: Para maiores detalhes os interessados dirijam-se a estes endereços: 1) Irmão Valério Menegat, Caixa postal, 125 — 92.000 Canoas — RS. Telefone: 72-13-49. Ou então: Irmão Eugênio Fossá, Caixa Postal, 125 — 92.000 Canoas — RS. Telefone 72-13-39.

III ASSEMBLÉIA-GERAL DA UISG: 1970/1973

A União Internacional das Superiores Gerais — **UISG** — com sede em Roma, congrega todas as Superiores Gerais de Congregações femininas do mundo, seja institutos religiosos, seja comunidades de vida comum, de direito pontifício ou diocesano, com a finalidade de colaboração, de participação, de ajuda mútua para a promoção da vida religiosa na Igreja. Foi erigida em 1965 pela Congregação dos Religiosos e é um organismo de direito pontifício. A UISG estará reunida em sua III Assembléia Geral em novembro deste ano, realizada em duas etapas distintas.

PRIMEIRA PARTE

Do dia 11 ao dia 18. Serão dias reservados às Conselheiras da UISG, às Delegadas à Assembléia, às Observadoras das Conferências Nacionais. O temário, a sistemática, a dinâmica destes dias obedecerão ao seguinte esquema:

Domingo, dia 11: Oração comunitária, liturgia, encontro fraterno das Conselheiras, Delegadas e Observadoras. **Segunda-feira, dia 12:** Oração, relatórios da Presidenta e da Secretária, café, grupos de estudo e debate, plenário. **Terça-feira, dia 13:** Oração, relatório da Tesoureira, café, grupos de estudo e debate, liturgia, representações oficiais.

Plenário. **Quarta-feira, dia 14:** Estudo dos estatutos novos, café, grupos de estudo, liturgia, plenário sobre os Estatutos. **Quinta-feira, dia 15:** Estudo do tema Vocações com a Sagrada Congregação dos Religiosos. Grupos de estudo, liturgia, debates com a SCR sobre o tema Vocações. **Sexta-feira, dia 16:** Oração, conclusão do tema vocações com a SCR. Plenário com diálogo aberto com a SCR. **Sábado, dia 17:** Oração, estudo das questões que serão moções, café, liturgia. Eleição das Conselheiras por Continente. Plenário para comunicação das conclusões tidas com a SCR. **Domingo, dia 18:** Oração, eleição do Conselho Executivo. Liturgia, fim.

SEGUNDA PARTE

Dias 19, 20 e 21 de novembro, para as Superiores Gerais de Roma e para as Delegadas à Assembléia. Há um programa a ser desenvolvido baseado no tema geral: **A Missão da mulher consagrada no mundo de hoje.**

Dia 19, pela manhã: Nossos fundadores e fundadoras, homens e mulheres de seu tempo. À tarde: Análise das diversas situações e diversos fenômenos atuais. **Dia 20,** pela manhã: O mundo de hoje: aspectos sociais. À tarde: Painel a cargo das irmãs engajadas nas diver-

sas formas de apostolado junto aos marginalizados. À noite: Debates e plenário. **Dia 22**, pela manhã: Cristo, ontem, hoje e amanhã. À tarde: A oração ecumênica. A experiência de oração em grupos.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Conforme os estatutos da UISG, artigo 10.º, os países que têm menos de 50 Superiores Gerais residentes podem eleger uma Delegada à Assembléia Ge-

ral. Os que tiverem de 50 a 200, podem eleger duas Delegadas e os que tiverem mais de 200 Superiores, três Delegadas. O Brasil tem, no momento, 63 Superiores Gerais. Na última Assembléia das Madres Gerais, realizada no Rio de Janeiro (ver CONVERGÊNCIA, junho de 1973, página 259) foram eleitas Delegadas Brasileiras à III Assembléia Geral da UISG, a Irmã Maria Aparecida Guimarães, Superiora Geral das Missionárias de Jesus Crucificado e a Irmã Elza Giovanella, Geral das Franciscanas Catequistas.

NOTÍCIAS BREVES

● **Leituras do Povo de Deus.** Este é o título das fichas com leituras selecionadas no Mosteiro de São Bento da Bahia, sob a responsabilidade da Comissão de Liturgia da CIMBRA = Comissão de Intercâmbio Monástico do Brasil. Estas Leituras são para o ofício divino, para celebrações da palavra, para meditação pessoal, para a preparação de homilias. Veja um exemplo, neste exemplar de CONVERGÊNCIA, página 378.

● **Consultor da SCR.** Conforme a imprensa noticiou, o Pe. Décio Batista Teixeira, ex-Provincial dos Padres Salesianos, Província de Minas Gerais, ex-membro da Diretoria Nacional da CRB, membro da Diretoria do Centro Brasileiro do Pio Brasileiro de Roma, desde janeiro de 1973, trabalhando na Cúria Geral dos Salesianos em Roma, foi eleito Consultor Jurídico da Sagrada Congregação dos Religiosos.

● **Religiosos Brasileiros em Roma.** Como CONVERGÊNCIA já informou, maio 1973, página 196, há em Roma um

Grupo de aproximação e intercâmbio na área da vida religiosa, constituído só de brasileiros que trabalham nas Cúrias Gerais ou lá estudam. Uma de suas últimas atividades está sendo o estudo refletido do documento **Vida Segundo o Espírito**, em sintonia com todos os religiosos do Brasil e com a CLAR. Foram enviados, a pedido do Grupo, 40 exemplares do Documento, em português.

● **Vida Segundo o Espírito nas Comunidades Religiosas da América Latina.** A edição, a venda, o estudo individual, comunitário, regional, congregacional e intercongregacional, em massa, deste documento, o nono volume da Coleção Vida Religiosa da CRB, sobre ser um dado consolador, confirmou nossas convicções sobre o interesse e o entusiasmo com que os religiosos e religiosas do Brasil encaram a renovação de sua vida, dentro dos repetidos e expressos desejos da Igreja. Foram vendidos **dez mil exemplares** do documento em apenas três meses. Se você ainda não o leu, adquira um exemplar da quarta edição em sua Regional.

ENCONTRO INTERCONGREGACIONAL DOS(AS) JUNIORISTAS

Realizou-se em Cachoeira do Campo, Minas Gerais, no Colégio dos Padres Salesianos, de 7 a 17 de junho, o encontro dos Junioristas e das Junioristas. A participação dinâmica e a presença fraterna deram força e feição diferentes ao Encontro. Não se tratou de um curso, mas dias de interiorização, de oração, de vivência comunitária. Todo o temário que apresentamos abaixo foi apenas ajuda para o aprofundamento, e os conferencistas, assessoria e acompanhamento. **Vida Segundo o Espírito**, o Documento da CLAR, nono volume da Coleção Vida Religiosa, da CRB, foi o roteiro para o Encontro.

Temas e conferencistas. Dia 7: Chegada e confraternização. Dia 8 e 9: Dinâmica e treinamento de comunicação e trabalhos em grupo, **Marinha Silva**, psicóloga. Dia 10: Interiorização e oração, **Irmã Vilma Moreira, FI**. Dia 11: Experiência de Deus e Vida Segundo o Espírito, **Frei Constâncio Nogara, OFM**. Dia 12: Vida consagrada como testemunho público na América Latina, **Pe. Felix Valenzuela, OSA**. Dia 13: Modo característico de expressar a Vida No e Segundo o Espírito, **Irmã Isabel Ayala,**

OSU. Dias 14 e 15: Dimensões da Vida Segundo o Espírito. A Figura de Maria, **Irmãos Roberto Jorge Cheib e Carlos Eduardo Zanatta, Maristas**. Dia 16: A oração meditação pessoal e contemplação, **Irmã Maria Antônia Azcune, Companhia de Maria.**

146 Participantes. CONGREGAÇÕES FEMININAS: Providência de Cap 6. Filhas da Caridade 25. Clarissas Franciscanas Missionárias 15. Franciscanas de Oirschot 6. Sacramentinas de Nossa Senhora 3. Agostinianas 8. Batistinas 9. Salesianas 20. Jesus na SSma. Eucaristia 4. Nossa Senhora da Piedade 3. Únitas 1. Carmelitas da Divina Providência 10. Bom Pastor 2. Combonianas 3. CONGREGAÇÕES MASCULINAS: Salesianos 8. Agostinianos 4. Irmãos da Misericórdia 3. Redentoristas 2. Capuchinhos 9. Betharramitas 2. Sagrados Corações 3.

Uma nota relevante. Os formadores, das diversas congregações ordens e institutos, estiveram presentes durante todo o encontro. Um conagraçamento e um encontro de formadores e formandos.

JUNIORATO INTERCONGREGACIONAL — GOIÂNIA, GO

Continua firme na execução de seus planos, com excelente participação das junioras sob a responsabilidade das formadoras de Goiânia. Os formadores precisariam integrar a equipe. O exemplo do Encontro dos (as) Junioristas, formadores e formandos, em Cachoeira

do Campo, MG, é um dado de estímulo positivo e de aprovação. O Juniorato Intercongregacional está constituído de 31 pessoas, assim:

Dominicanas do Santo Rosário 4. Franciscanas da Mãe Dolorosa 3. Franciscanas da Reconciliação 3. Franciscanas da Ação Pastoral 4. Franciscanas dos Pobres 1. Franciscanas de Maria Imaculada 2. Escravas do Divino Coração 9. Assunção de Nossa Senhora 2.

ASSEMBLÉIAS DIOCESANAS DA C R B

A Regional da CRB-Campo Grande, Mato Grosso, realizará em agosto e setembro, Assembléias Diocesanas da CRB em todas as Dioceses e Prelazias de Mato Grosso. É a Regional corajosamente realizando o que ficou decidido em outubro de 1972, com as seguintes finalidades:

Primeira: Maior conscientização sobre a Vida Religiosa. **Segunda:** Maior entrosamento dos religiosos entre si, com o Bispo e com o Plano diocesano de pastoral. **Terceira:** Preparo dos assuntos

a serem tratados na Assembléia Regional de outubro próximo.

Datas já confirmadas para estas Assembléias: **Corumbá**, 4 de agosto. **Campo Grande**, 8 de setembro. **Rondonópolis**, 13 de agosto. **Cuiabá**, 11 de agosto. **Cáceres**, 26 de agosto. **Diamantino**, 9 de agosto. **Barra do Garças**, 22 de agosto. O planejamento e organização destas Assembléias está a cargo da coordenação do núcleo, tendo a assessoria de um elemento da CNBB e da CRB Regional de Campo Grande.

ENCONTRO NACIONAL DE FORMADORES

Data e local. Do dia 11 de setembro (20,00 horas) ao dia 22 (meio-dia) realizar-se-á na Casa Madre Regina, rua Bingen, 73, Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Formadores. O Encontro será para formadores, mestres ou responsáveis pela formação, ou para aqueles que se preparam para assumir este cargo. Encontro para religiosos e religiosas de todo o Brasil. Cada Regional dispõe de número limitado de vagas, para possibilitar a presença de todos. A CRB — NACIONAL financiará a viagem de um participante por Regional. A hospedagem para os onze dias, em regime de inter-

nato, importa em Cr\$ 350,00 e fica por conta do participante.

Programa. O objetivo do Encontro é AJUDAR os Orientadores a “converter” suas atitudes a fim de entrar, com os jovens, no processo de amadurecimento religioso-pessoal, num ambiente fraterno e solidário com a realidade concreta. É PROPORCIONAR aos participantes do curso pistas de análise, que lhes permitam tornar-se agentes educativos na comunidade, junto com os jovens religiosos. É TER a CRB/Regional pessoas preparadas que possam servir de multiplicadores.

Etapas. A pessoa. O ambiente. A vocação religiosa. **Metodologia:** ativa e de diálogo. A teoria será utilizada como meio para ajudar o grupo na busca comum de novas formas de vida religiosa e de formação para elas. Será reduzida ao mínimo e ao de maior importância.

Conteúdo. Antropologia: o homem e o homem brasileiro. Psicologia: amadurecimento da afetividade. Ambiente: realidade do Brasil político-social, eclesial, na vida religiosa. Vocação: amadurecimento de fé, valores evangélicos, a missão.

CURSO SOBRE FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA NA AMÉRICA LATINA (CLAR)

Vai se realizar em Lima, Peru, de 29 de julho a 8 de setembro de 1973. Como a CRB NACIONAL programou e realizará o Encontro Nacional de Formadores em âmbito de Brasil, também a CLAR programou e realizará este Curso, em âmbito de América Latina. Há semelhanças recíprocas, ampliadas, é lógico. Participarão deste curso os seguintes religiosos e religiosas brasileiros:

Irmã Maria Emília Guerra Pereira, Cônegas de Santo Agostinho, Recife, PE. **Pe. José Rodrigues**, Agostiniano, Belo Horizonte, MG. **Frei Carlos Pierozan**,

Franciscano, Guaratinguetá, SP. **Irmã Ângela Cecília Traldi**, Agostiniana Missionária, Belo Horizonte, MG. **Pe. Michael Noel Banahan**, Congregação do Espírito Santo, São Caetano do Sul, SP. **Pe. José Mário Stroher**, do clero diocesano, Gravataí, RS. **Irmã Ignez Amália Trevisan**, Imaculado Coração de Maria, Porto Alegre, RS.

Coordenação. Serão coordenadoras deste curso, a Irmã Carmen Aurora Gomez, HSS e a Irmã Nilza Junqueira Reis RA, Secretária Executiva Adjunta da CRB Nacional, por especial convite da CLAR.

As considerações que a seguir faremos constituem parte de temática mais geral: **Missão e Vida religiosa**, razão porque nos detemos principalmente sobre **Transferências**, relacionando-as com a **Missão**, que é abordada apenas incidentalmente.

MISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE RELIGIOSOS

FREI ILDEFONSO SILVEIRA, OFM

O tema suscita zonas de tensões e atritos. Daí a delicadeza do assunto. É o perigo de a emotividade tomar lugar à razão, ao bom senso e até a dados bem mais importantes, como o espírito eclesial, o espírito de comunhão e caridade que sobrepõem métodos de pastoral, planejamentos, obras de religiosos, etc., por se situarem na categoria de fins os primeiros e na categoria de meios os últimos.

Não pretendemos desenterrar ossos de um sepulcro para transladá-los a outro; por isso não ci-

tamos autores ou obras, embora os tivéssemos lido. A maioria das considerações levam o cunho pessoal de quem as escreveu, a partir de algumas experiências e do seu modo de encarar as coisas. Talvez não sejam de todo descabidas.

Em levantando hipóteses a respeito da praxe de transferências dos religiosos e sobre outros pormenores a eles atinentes, provavelmente mostraremos bastante ignorância de suas Constituições. Mas o fato de muitos religiosos desconhecem até as próprias Constituições ex-

cusará nossa ignorância. Durante a exposição não insistiremos nas distinções jurídicas entre Ordens, Congregações, etc. E por pressuposição não nos referimos a religiosos que por princípio gozam de estabilidade.

1. A instabilidade dos religiosos

Quem fala em transferência fala em instabilidade, amovibilidade, possibilidade de mudança. Tanto de lugar de trabalho quanto de cargos.

Consta que a maioria dos Estados modernos adota o sistema de mudanças periódicas de cargos de importância. E que a maioria das Congregações religiosas, além da instabilidade relativa dos cargos, adota também o sistema da instabilidade dos religiosos nas comunidades locais, ou seja, nos diversos lugares de trabalho. Os membros de tais Congregações movimentam-se assim no âmbito das Províncias ou denominações congêneres, em revezamento periódico. E Congregações mais centralizadas movimentam seu pessoal em âmbito mais ou menos universal, transferindo seus religiosos de um para outro continente. Com poucas exceções os detentores de cargos de cúpula são mudados periodicamente, segundo as próprias Constituições; os demais religiosos podem ser transferidos conforme as necessidades e circunstâncias.

Que pensar desta instabilidade em si mesma? As moedas têm duas faces. A resposta pode arrolar razões pró e contra.

Falando em instabilidade não por si mesma, mas como possibilidade e conveniência de mudança periódica, aventamos algumas ponderações, aplicáveis não só às cúpulas das Congregações, mas também àqueles que morejam nas planuras, como é o caso dos superiores locais, párocos, administradores de obras, etc.

Tudo cansa. Tudo muda velozmente. Certos cargos administrativos são o maior abacaxi que a época da contestação andou plantando. É notório como, em geral pessoas altamente qualificadas, oferecem as maiores resistências quando convidadas a lidar com tais abacaxis. E como se sentem aliviadas de uma tal qual camisa de força quando expira o prazo de seu mandato. Bendita instabilidade, dirão elas!

Nota-se que depois de certa idade as pernas tornam-se curtas para passos mais longos, naturalmente com raras exceções. E depois: há em nós o 'instinto de nidificação', que nos leva paulatinamente a construir um ninho quente e macio para nele chocar os ovos da auto-realização. A instalação é força indiscutível que está sempre em liça com o espírito de peregrino, de busca, que deveria marcar profundamente o homem; em poucos esta luta não tem lugar.

Somente os superiores maiores conhecem os embaraços que lhes proporcionam religiosos que construíram o seu 'ninho', se instalaram em certos lugares ou posições e se fizeram, a próprio alvitre, estáveis, intransferíveis. "Daqui não saio;

daqui ninguém me tira". Os intocáveis! É ironia mesmo. Cavadeiras mais robustas, como a obediência religiosa ou o apelo à disponibilidade dificilmente conseguem atingir as raízes mais profundas, e, quando atingem, muita vez ferem ou quebram a planta, a que se dá o nome de realização pessoal.

Creemos sinceramente que muitos Bispos gostariam de usufruir da instabilidade que tem a maioria dos superiores maiores religiosos. Podem renunciar, não há dúvida, mas sempre com dificuldade. São convidados a renunciar à direção das dioceses pelos 75 anos. (Aliás, o mesmo vale para os párocos, *mutatis mutandis*). Podem outrossim ser transferidos. Mas, quando o são, viram notícia de jornal, não é mesmo? E notícia, sabemos-lo, "não é quando o cachorro morde o homem, mas quando o homem morde o cachorro". O que significa para os meios de comunicação social que os Bispos gozam de quase estabilidade? Apontamos o fato como o vemos. Se houver algo para lamentar aqui, então sim, lamentamos casos entre nós que cheiram a cisma, justamente devido à quase estabilidade de certos Bispos. Lamento exagerado e indevido? Pois então fique o dito por não dito. Estamos apenas refletindo.

Alguns pastores zelosos dirão porventura que a praxe da instabilidade é boa, sim, mas para religiosos que vivem mais ou menos encapsulados nos seus conventos. Não nos referimos a eles, mas a todos os eclesiásticos engajados na

pastoral, segundo o que acima expusemos. Creemos mesmo que a missão dos senhores Bispos seria menos espinhosa e mais eficaz se eles pudessem lançar mão da praxe da instabilidade com a mesma intensidade prevista nas Constituições dos religiosos. Excusado repetir que não falamos em transferência por transferência, mas em transferência para injeção de sangue novo, não em prejuízo da pastoral e defesa de um sistema, mas sim para dinamizar a missão.

Perguntamo-nos, por exemplo, se sofreria ou ganharia com mudanças periódicas de seus coordenadores uma paróquia bem montada, em que se trabalha em equipe, em que funciona razoável planejamento. Conhecemos uma diocese que de 6 em 6 anos prevê o remanejamento dos agentes da pastoral. Ela pode dar-se a esse luxo de real valor, o que não é infelizmente o caso de tantas outras dioceses que vivem à míngua de agentes da pastoral.

Se não podemos responder aprioristicamente à pergunta acima formulada, constatamos no entanto, farta messe de exemplos que confirmam a desvantagem e o prejuízo pastoral da estabilidade-de-fato de certos párocos. Não tocamos em suas pessoas, em seu indiscutível zelo; eles irão para o céu com botas e tudo o mais; pensamos apenas na sua pastoral, que não é mais vida, mas rotina e marasmo. O mesmo diríamos, com os devidos reparos de certos religiosos vitalícios-de-fato, sobretudo em cargos. Felizmente há muitos eclesiásticos diocesanos ou religiosos que

parecem insubstituíveis, tão ricos são em qualidades; nossa dificuldade está em provar a 'insubstituição'.

Como simples ponderação, talvez algo do que foi dito seja razoável, ao menos teoricamente. Ainda mais que nos dias que correm a praxe das transferências oferece certa dificuldade; exige-se negociação prévia, em lugar das cartas obedien-

ciais; de acordo com nosso tempo que prefere o diálogo ao monólogo no relacionamento entre superiores e súditos. Mas a dificuldade cria corpo quando nas negociações tentam dialogar interesses individualistas com interesses comunitários, sempre em tensão. Se os interlocutores forem surdos aos respectivos direitos e deveres, é o fim da picada.

2. Razões para transferências, supressão de casas ou obras

Toda comunidade tem sua dinâmica interna e externa. Interna: a interação das mais variadas qualidades e energias que pulsam em todos os indivíduos que a compõem. E externa: forças de outros grupos, que atuam e podem afetar as comunidades individuais. Uma comunidade religiosa não é compartimento estanque, apenas com sua dinâmica interna; relaciona-se com outras comunidades congêneres, com toda a Congregação, com paróquias, dioceses, a Igreja, etc. Como nenhum homem é uma ilha, nenhuma comunidade é uma ilha. Esse dinamismo está sempre presente na vida das comunidades e atua nos casos de transferências, supressão de casas, etc. Tendo isso em vista, e baralhando as duas dinâmicas, levantamos algumas hipóteses que podem dar azo a transferências, supressão ou fundação de casas ou obras de religiosos.

— Vacância de cargos por ocasião dos capítulos provinciais ou assembleias congêneres, em que geralmente se verificam muitas transferências que atingem também religiosos sem cargos de maior monta. Seria piada supor que muitos religiosos, em vésperas de capítulos, arrumam sua trouxa (ou estudam os preços das transportadoras), fecham o boteco e aguardam uma cartinha de mudança para outros ares menos poluídos?

— Sistemas adotados quicá por determinadas Congregações de, mesmo fora das assembleias capitulares, remanejam os membros das comunidades locais.

— Diminuição de pessoal e conseqüente necessidade de redistribuição, muitas vezes para evitar suprimir de todo residências ou compromissos.

— Urgente necessidade dos préstimos e qualificações de religiosos profundamente engajados na pastoral, para atender outros setores importantes de obras de religiosos ou a eles confiadas.

— Dificuldades climáticas ou de saúde, ou de entrosamento de religiosos na comunidade local.

— Comportamento negativo de religiosos em relação à própria Congregação.

— Problemas pessoais e de consciência de religiosos (seja exemplo: embriaguez, amizades comprometedoras com pessoas de outro sexo).

— Dificuldades quase insuperáveis oriundas do relacionamento negativo com Bispos, párocos, entidades, políticos, etc.

Os superiores maiores que lidam com os fatos, talvez se riam destas hipóteses tão baratas, em relação a outras bem mais expressivas. Cremos, porém, que elas servem para ilustrar idéias. Perdoem a insistência: a vida dos grupos tem sua dinâmica interna e externa, que esclarecemos pelas hipóteses levantadas. Não deve considerar-se apenas a dinâmica interna, que, no caso pode refletir ensimesmamento e espírito de gueto. Olvidar-se-ão nestas hipóteses de transferência,

sem maior preocupação, outras comunidades, como paróquias, dioceses, etc? A política de "os outros que se danem" cheira a individualismo inconsiderado.

Bem mais importante que a transferência de indivíduos isolados é o problema da transferência de todo o grupo ou seja a supressão de alguma casa ou obra dirigida por religiosos. Imaginamos também aqui um rol de hipóteses que podem levar a tal desfecho:

— Dificuldades muito grandes de manutenção econômico-financeira de casas ou obras, por si mesmas ou pela Congregação.

— Perda de sentido e objetivo da existência de alguma casa ou obra.

— Dificuldades no relacionamento com outras comunidades (grupos políticos, maçonaria, alguma paróquia notoriamente de má vontade, etc.)

— Relacionamento por demais negativo com Bispos, párocos, capelães, etc.

Comunidades femininas que conhecemos — assás beneméritas na atuação pastoral — têm sido suprimidas graças ao alto gabarito de liderança de certos párocos, cape-

lães, etc. Felizmente, o "masculinismo" de determinados eclesiásticos começa a encontrar pela frente religiosas que querem ser, com justo título, "parceiras" e não "empregadas" (Roubei ao cardeal Suenens as palavras entre aspas).

— Conveniência ou urgência de agrupar casas em regiões não muito distantes, para fomentar e facilitar a administração e a vida religiosa da Congregação, com a consequente supressão de casas por demais isoladas.

— Concentração dos esforços em setores prioritários da Congregação, com a resultante do abandono de alguns campos de atividade.

3. Incidências das transferências dos religiosos na missão

Os itens até aqui analisados mostram como que o pano de fundo da problemática da instabilidade dos religiosos: praxe como tal e circunstâncias em que pode dar-se. Mas o problema propriamente dito é sua incidência na missão. Preliminarmente: elevado número de transferência de religiosos não afeta diretamente a pastoral; não vem ao caso. Mas, nas circunstâncias do Brasil, considerando que a maioria do clero é constituída de religiosos, e que grande parte das obras eclesiásticas estão em mãos de religiosos de ambos os sexos, muitas transferências afetam diretamente a missão. Além do trabalho pastoral, que ocupa grande parte do clero religioso, além da presença sempre mais marcante de religiosas, as Congregações têm seus obje-

— Diminuição sensível dos membros ativos das Congregações.

Evidentemente nada disso aconteceria se se seguisse a praxe bem simples de Bispo sulista, já finado há anos, que por princípio não permitia que religiosos fundassem casas em seu feudo. Não é piada não!

No fim deste rol de hipóteses, como acima fizemos, perguntamos: podem as Congregações fazer vista curta dos demais grupos, como paróquias, dioceses, com suas necessidades, e pensar apenas no seu problema?

tivos próprios, suas obras, e procuram novas aberturas por mares nunca dantes navegados, com as consequentes opções novas.

O problema surge inevitável numa Igreja cheia de entusiasmo, que visa racionalizar seu apostolado, coordenar esforços, agir segundo a pastoral de conjunto. Quer-se a renovação da pastoral; quer-se do outro lado a renovação da vida religiosa e a busca de novas experiências. Uma não pode abafar a vitalidade da outra. Deve-se, pois, velejar, entre Cila e Caribdis. O documento de Medellin aponta para escolhos que devem ser evitados: atitudes particularistas de pessoas e Instituições em situações que exigem coordenação; casos de aplicação desacertada da pastoral de conjunto ou planificação, seja por im-

provisão ou incompetência técnica, seja por excessiva valorização dos 'planos', seja por uma concepção por demais rígida e autoritária de sua realização (SEDOC 1968/743).

Transferência de religiosos engajados na pastoral, ou mesmo fechamento de casas ou supressão de obras de religiosos podem às vezes refletir contextos desagradáveis, que afetam profundamente a missão. Pensemos nas situações lamentáveis, mas possíveis, de competição ou conflito. A competição é fator altamente positivo entre empresas, desde que controlada. Seria, porém, justificável em instituições eclesiais, que não pretendem ser empresas com finalidades materiais? Não negaríamos sem mais a possibilidade de dioceses e Congregações, talvez inconscientemente, se deixarem arrastar pelo princípio latente de certa competição. Há anos se falava da *invidia clericorum*. Em caso de competição, certas Congregações podem fazer sentir o peso de sua potência. E também cúrias diocesanas. E tudo isso pode incidir pesada e negativamente sobre a missão.

Se a competição vira conflito, o que também é possível, transferências ou supressão de casas e obras podem realizar-se drasticamente com enorme prejuízo para a pastoral. Pode haver confronto de direito contra direito; normalmente vence o mais forte; ou melhor, no confronto, os dois contendores poderão cantar vitória de seus direitos; mas a pastoral deve chorar a derrota. E os ressentimentos tolham o futuro.

Nos conflitos, nem sempre os superiores religiosos tomam por primeiro a iniciativa de apelar para o direito de transferir religiosos ou suprimir residências ou obras. Frequentes vezes são gentilmente convidados a usar tal recurso contra sua vontade, a de algum religioso ou da própria Congregação. Conflitos surgem entre Bispos e determinados religiosos, que trabalham na pastoral; sem confronto pessoal com os mesmos, saltando-se instância, apela-se diretamente ao superior maior para que tomem providências e removam os indesejáveis. Mais cômodo, certamente, mas não razoável.

Todo agente de pastoral, diocesano ou religioso, por direito está sob a jurisdição do respectivo Bispo; que não só pode, mas em determinadas circunstâncias deve pedir contas diretamente a seus colaboradores; os superiores maiores não respondem pelos planos de pastoral e reconhecem os direitos e também os deveres dos Bispos na questão. O máximo que podem fazer é colocar religiosos a serviço da pastoral, dirigida pelos Bispos. Não estaria ultrapassado o tempo em que assuntos mais comezinhos precisavam ser tratados nas altas esferas? O método do evangelho continua com sua imensa sabedoria também num tempo em que se dá tanta importância à dinâmica de grupo: "primeiro fala com teu irmão a sós... depois, perante testemunhas; depois: dize-o à Igreja".

Conflitos, às vezes, de ordem pessoal, podem infelizmente envolver, seguindo esse método de saltar instâncias, uma Congregação

inteira, que poderá defender seus brios e inclusive fincar pé na defesa de seus membros. E então, o uso da transferência ou até da supressão de alguma casa pode tornar-se tão lamentável e pernicioso para a pastoral quanto a omissão dos pastores, a quem incumbe o direito e dever de coordenar, vigiar e também admoestar seus colaboradores, diocesanos ou religiosos.

Resta o regime de colaboração leal, de entendimento, de compre-

ensão mútua, de espírito verdadeiramente eclesial dos Bispos e superiores maiores, e, porque não dizer, de todos os religiosos que agem na pastoral. Somente ele pode harmonizar razoavelmente o direito da pastoral e o direito dos religiosos que nela trabalham, e minorar os efeitos negativos da incidência da instabilidade dos religiosos sobre a missão. Felizmente esse já é o caminho trilhado por muitos Bispos e religiosos.

4. Normas relativas aos religiosos engajados na pastoral

Do decreto **Christus Dominus** e de **Normas executórias dos decretos Christus Dominus e Presbyterorum Ordinis** eruímos alguns itens que dizem respeito ao nosso tema. Alguns são simples aplicação de princípios rudimentares da interação de grupos.

Pede **Christus Dominus** que os párocos gozem na própria paróquia daquela estabilidade no ofício que o bem das almas requeira, ficando abrogada a distinção entre párocos amovíveis e inamovíveis, e se reveja o modo de proceder na transferência e remoção (n. 31). Esta medida saudável de preocupação eminentemente pastoral, pode ser interpretada segundo o que expusimos alhures no item 1. Abroga-se a inamovibilidade, mas se acon-

selha certa estabilidade para não prejudicar a cura d'almas. Vale também para párocos religiosos, o que significa um apelo à prudência e responsabilidade dos Bispos e, respectivamente dos superiores religiosos. O documento de Medellín, que citaremos mais abaixo, insiste na mesma tese de certa estabilidade dos religiosos engajados na pastoral. Nada mais justo.

Outro princípio baseado na interação de grupos e sumamente benéfico e pastoral, mas a nosso ver ainda pouco praticado, é o que aconselha reuniões periódicas entre Bispos e superiores maiores religiosos para tratar de assuntos que afetam o apostolado do território (n. 35,6). Que meio mais eficaz para promover o sadio diálogo en-

tre dioceses e Congregações que nelas operam? A praxe da instabilidade dos religiosos encontraria nela uma força moderadora de primeira ordem, e, ao mesmo tempo, a devida compreensão quando se fizesse aconselhável ou necessária. Isto funcionará naturalmente no sistema de cooperação e não no de competição e desconfiança.

Para religiosos engajados na pastoral que preferem driblar os Bispos, responsáveis pela pastoral, e os superiores maiores responsáveis pelas Congregações, vale o n. 34 de **Christus Dominus**, que os faz pertencer de certo modo ao clero diocesano, sob a autoridade episcopal. Vale outrossim o n. 35,6 que lembra aos mesmos a fidelidade à observância regular e à sujeição aos superiores maiores, incumbindo também aos Bispos o dever de urgir esta obrigação. Seria inútil a jurisdição dos Bispos sobre os religiosos que trabalham na pasto-

ral, caso não tivessem os mesmos certa garantia da estabilidade de seus cooperadores religiosos. Quantos aborrecimentos desnecessários se poupariam aos Bispos!

Enveredando por caminho mais prático, visando a funcionalidade dos princípios da **Christus Dominus**, as **Normas executórias** sugerem o recurso a convênios entre Bispos e superiores maiores religiosos, para garantir certa estabilidade dos agentes pastorais religiosos. Em três passos lembra-se tal recurso (n. 30,1; 33,1; 33,2), que deve definir claramente o que respeita à obra a realizar, ao pessoal responsável pela mesma e ao elemento de natureza econômica. Tais convênios oferecerão aos Bispos certa segurança, de que precisam, para fazer funcionar os planejamentos pastorais, e imporão aos superiores maiores religiosos o compromisso de pensar duas vezes antes de usar o direito de transferir seus religiosos.

5. Novo espírito

Convênio está revestido de cunho jurídico, mas serve para quebrar arestas. Parece-nos, porém, que o meio por excelência para equilibrar tensões entre continuidade pastoral e instabilidade dos religiosos é o novo espírito que vai criando

corpo: o conceito de Igreja e precipuamente o conceito e a realidade da igreja particular, a diocese. O direito canônico apresenta a diocese como estrutura jurídica; e o é o de fato. Mas o decreto **Christus Dominus** orienta a questão nou-

tro rumo. O n. 11 diz que a diocese unida a seu pastor e por ela reunida no Espírito Santo graças ao evangelho e à eucaristia constitui uma igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e atuante a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica. Esta descrição resume o conteúdo do n. 26 da **Lumen Gentium**. — Espírito Santo, evangelho, eucaristia, apostolicidade. — Tais elementos vitais parecem afastar-se bastante da concepção puramente administrativa ou exclusivamente jurídica da igreja particular. Servirão certamente como ponto de referência.

Esta concepção eclesial de diocese apresenta-se-nos sumamente importante para todos os que se empenham pela irradiação do reino de Cristo, sob orientação e direção dos Bispos. Nesta linha de reflexão, não poderíamos acaso fazer um símile a respeito das Congregações religiosas? E considerá-las, sobrepondo-nos ao seu aspecto de estrutura canônica, como comunidades unidas pelo Espírito Santo, pelo evangelho e pela eucaristia, a serviço da Igreja, guiada pelos Bispos, que concretizam a apostolicidade?

Em formulando esta pergunta, surge logo diante de nós o problema da isenção dos religiosos. Explicável por muitas razões sobretudo de ordem histórica, útil como defesa frente à maioria de alguns Bispos, prejudicial à missão em certas circunstâncias, apresenta-se ela sobretudo como problema jurídico. O aprofundamento dos estudos em torno às igrejas particulares, ora em curso, talvez leve também a

uma revisão profunda do direito dos religiosos, mormente da isenção. Em que ficará esta isenção, que coloca religiosos sob jurisdição direta do Papa, a serviço da Igreja universal? A pergunta fica boiando no ar à espera de resposta dos especialistas. Ou, talvez seja uma quimera.

Belos conceitos teológicos pouco valem se não iluminam a vida; no caso, se não iluminam as dioceses e as Congregações religiosas. As duas entidades têm necessidade de certo aparato burocrático, administrativo. O problema está em não se fazer disso um fim em si mesmo. Elas não são empresas, embora prudentemente tenham que usar certos métodos que tocam para frente qualquer empresa; seja exemplo o planejamento; tais métodos, porém, não valem por si mesmos, mas pelo que visam.

Uma empresa ordena meios e objetivos imediatos para produzir mais, para vender mais, para ganhar mais. Lucro, eis a questão. Que representam, no entanto, as obras de uma diocese ou de uma Congregação religiosa? Que visam, afinal? Damos por pressuposto que ninguém vive de ar; que sem meios materiais pouco se consegue, sobretudo em havendo muita administração. O realismo também faz parte da vida. Mas, retomando a pergunta: segundo esse novo espírito que vai soprando sempre mais forte na Igreja — e que foi meditado na última Assembléia Geral da CNBB — será que as iniciativas e obras diocesanas bem como as iniciativas e obras dos religiosos, não deveriam encontrar-se num determinado

ponto X, que não fosse por demais aéreo, por demais indefinido?

Todos, afinal de contas, estão empenhados na tarefa de implantar o reino de Deus na sociedade. Quanta obra insulada; tanta obra descoordenada; tantas forças dispersas; tanta obra porventura inútil; tanta obra urgente, mas não empreendida por qualquer motivo nem sempre de monta; tanta obra paralela na santa Igreja de Deus. E porque não dizer: tanta mudança desnecessária de religiosos engajados na missão; tanta rivalidade descabida e interesseira! Gostaríamos de estar chorando sem razão junto ao muro das lamentações!

Mas se razão há para isso, então imaginamos um remédio quiçá eficaz, que sem ser panacéia, poderia diminuir as razões do lamento: que Bispos e superiores maiores religiosos sejam profundamente eclesiais, amigos, compreensivos, cooperadores zelosos na grande tarefa da missão; que dioceses e Congregações religiosas que nelas operam envolvam-se num longo e leal abraço de amigos. Aliviar-se-iam tensões; harmonizar-se-iam direitos e interesses, evitar-se-iam com maior facilidade incidências negativas da instabilidade dos religiosos sobre a missão confiada à direção dos Bispos.

Cremos e constatamos que muitos passos já foram dados nessa direção. O diálogo construtivo e compreensivo entre alguns Bispos e superiores maiores já é realidade benfazeja. Mas, passos. Resta longa caminhada, através de escolhos semeados ao longo do cami-

nho da história da nossa pastoral de conjunto há relativamente pouco tempo, e da história das Congregações religiosas do Brasil, que também há relativamente pouco tempo começou a despertar para a solidariedade entre si, através da CRB e com as dioceses através de encontros de cúpulas com a CNBB.

Vícios ainda estão por ser erradicados; ou talvez já o foram a partir de 1968; pois é de 1968 o documento de Medellín (SEDOC 1968/742-3) que falava ainda então da existência da sensação bastante generalizada de que as **cúrias diocesanas** eram organismos burocráticos e administrativos e que havia atitudes particularistas de pessoas e **Instituições** em situação que exigiam coordenação. (Ao se mencionar a América Latina estava-se excluindo o Brasil?)

Nossas reflexões talvez deixaram frustrado o leitor. Perdoe-nos. Em tempo, porém, lhe oferecemos algo de substancial, que certamente já foi lido, mas que merece ser lembrado. Abra o documento de Medellín (SEDOC 1968/729) e releia:

N.º 22. “É necessário que as Congregações religiosas possam integrar-se em nossos planos de pastoral de conjunto, de acordo com o carisma, as finalidades específicas de cada Instituto e as prioridades pastorais, mesmo que para isso seja às vezes necessário abandonar certas obras, para atender a outras que se consideram mais urgentes e necessárias.”

Esta ponderação não poderia ajudar a equacionar o problema do fechamento de casas ou obras de religiosos e sua abertura para outros setores?

N.º 23. “Esta íntima participação dos religiosos dar-se-á desde a etapa da reflexão e do planejamento até a realização, sem esquecer que só se obtém a integração real quando as próprias comunidades religiosas (no nível provincial e local) tomarem consciência da responsabilidade pastoral colegial e refletirem em sintonia com os demais grupos e membros do povo de Deus”.

Participação! Graças a Deus faz-se sentir a presença atuante de reli-

giosos nos conselhos de pastoral ou outros órgãos. “Responsabilidade colegial”! Pensávamos nisso sobretudo no nosso item 4 da exposição e parcialmente no item 3.

N.º 24. “Estamos conscientes do indispensável trabalho apostólico que os religiosos e religiosas realizam; continuarão eles sendo, junto ao clero diocesano a base da evangelização da América Latina. Sugerimos, entretanto, que os religiosos se esforcem por integrar os leigos nos trabalhos apostólicos, respeitando sua competência na ordem temporal e reconhecendo sua responsabilidade própria dentro da Igreja.”

N.º 25. “Enfim, já que o trabalho de evangelização supõe permanência e estabilidade, esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano pede encarecidamente aos superiores maiores que dêem estabilidade ao pessoal religioso que desempenha funções apostólicas na América Latina, de acordo com convênios firmados com os Bispos ‘do lugar’. Comentamos alhures este tópico.

CONCLUSÃO

Refletimos sobre o problema da instabilidade dos religiosos em relação à missão. Como arremate, gostaríamos de dizer ainda duas palavras sobre o que denominamos “problemática”. Tal problemática é muito relativa. Ela só se coloca ou se coloca principalmente a partir da ênfase que se vem dando à pastoral de conjunto; sabemos, porém,

que o "Plano de Emergência", e seu substituto aperfeiçoado, o "Plano de Pastoral de Conjunto" datam de ontem; por isso, o que caracterizamos como "problemática" teve início ontem. Apesar dos muitos defeitos da pastoral de antes-de-ontem, descoordenada, pioneira, descontínua, muito, muitíssimo do que hoje temos foi realizado sem plano de pastoral de conjunto.

A maioria absoluta dos nossos Bispos e porventura dos nossos párocos recebeu formação pastoral e trabalhou na pastoral segundo os moldes de antes-de-ontem. Não convém esquecer esse aspecto cronológico. Descremos da organização? Não é isso que queremos dizer; tão-somente conservamos grande reserva frente ao entusiasmo exage-

rado e à absolutização de métodos que, diga-se de passagem, parecem-nos emprestados de empresas modernas, que racionalizam suas atividades. A pastoral não é uma empresa bem organizada para fazer de infiéis, fiéis, e de fiéis, santos ou cristãos engajados. Temos medo não da boa pastoral, mas do pastoralismo que de bom grado gostaria de fechar todas as Congregações religiosas não "engajadas", sobretudo as contemplativas. Muitos conventos não "engajados" ou pouco "engajados" continuam a irradiar espiritualidade cristã entre os fiéis. A oração das contemplativas pode atrair mais graças à pastoral que a agitação planejada de muito pastor. É que Cristo salvou os homens mais pela oração ao Pai e pelo sacrifício do que pela pastoral.

PE. GERALDO PENNOCK, CSSR

MISSÃO E TAREFAS PRIORITÁRIAS

I. A ANTERIORIDADE DA MISSÃO.

Quanto mais se reflete sobre o sentido da vida religiosa, mais se chega à conclusão que ela é antes de tudo **missão**. A expressão “estado da vida religiosa”, tão usada, obscureceu um tanto esta verdade. A palavra “estado” faz pensar em situação fixa, em instituição, em formas de vida e trabalho definitivamente traçados. Em **Lumen Gentium** encontramos a seguinte descrição da vida religiosa:

“Porquanto essas famílias garantem a seus membros o apoio de uma **vida mais estável e segura**, proporcionando-lhes uma doutrina **comprovada** para adquirir a perfeição, o **amparo** de uma comunhão fraterna na milícia de Cristo, bem como a **proteção** de uma liberdade robustecida pela obediência, para que deste modo eles possam cumprir com **segurança** a profissão religiosa, conservá-la fielmen-

te e progredir **jubilosamente** na senda da caridade” (LG c. VI n. 43.)

Será que hoje, quase dez anos depois do Concílio Vaticano, escreveríamos do mesmo modo sobre a vida religiosa, um lugar protegido, que oferece aconchego, amparo, segurança? E, quem continua a leitura dos números seguintes do mesmo capítulo de **Lumen Gentium**, encontra expressões idênticas ou mais fortes, que levam a ver a vida religiosa como algo estável, imutável, uma organização, um “Instituto de perfeição”, um estado de consagração, que, por isso tudo, capacita o religioso a tornar-se mais santo, mais perfeito. O trabalho do religioso é colocado como um fruto de sua perfeição. Graças a seu estado de consagração poderá trabalhar com maior eficiência.

Num artigo recente, publicado na REB de dezembro de 1972 (vol. 32, fasc. 128), escreve Pe. J. Comblin sobre a “Atualidade da Teologia da Missão”. Embora ele não fale explicitamente da missão do religioso — só faz algumas alusões — sua exposição mostra claramente como a teologia caminhou para um novo prisma de encarar a vocação cristã, na qual a vida religiosa se radica. A vocação cristã é a continuação da própria vo-

cação de Cristo e esta é antes de tudo **MISSÃO**: “Deus não precisa do culto de ninguém. Precisa de servidores, embaixadores, enviados para falar aos homens, aos outros, a quem ele ainda não falou” (REB, vol. 32, pg. 815).

“A anterioridade da missão quer dizer que a missão sempre é mais importante do que a administração de grupos já constituídos, e que esses grupos não são mais legítimos desde o momento em que tendem a paralisar a missão. Neste momento a Igreja se integra numa cultura, numa sociedade, torna-se instrumento dos homens e não instrumento de Deus” (Ib. pg. 814).

Esta visão da anterioridade da missão não desvaloriza por completo a exposição de **Lumen Gentium** sobre a vida religiosa, à qual nos referimos, mas a relativiza. Ela não nega o fator psicológico e sociológico de que o homem sempre precisa de certa segurança e de institucionalização, mas mostra que estas devem ser posteriores à missão e devem ser revisadas e mudadas, quando a missão o exigir.

Em seu livro **Vida Religiosa e Testemunho Público** diz Pe. Libânio: “A vida religiosa, como atitude verdadeiramente cristã e eclesial não se pode contentar com vida puramente em vista da san-

tificação pessoal ou de apostolado que seja sacralização das estruturas vigentes sem qualquer atitude crítica e questionante das mesmas, sejam elas quais forem. A vida religiosa é a vida carismática por excelência”.

Vida carismática, isso é vida marcada por submissão ao Espírito e por vivência profunda da obediência aos apelos de Deus. E é nestas atitudes que Comblin em seu artigo já citado coloca a realização da missão que Deus dá a sua Igreja. Ele anota muito bem que essas atitudes não são espontâneas. “Muito pelo contrário: são antes disposições escassas na Igreja” (pg. 819). E, do mesmo modo, constata Pe. Libânio: “Infelizmente, aconteceu, que, muitas vezes, a vida Religiosa perdeu esta sua força carismática, crítica, diante da Instituição da Igreja, para transformar-se em uma instituição a mais” (pg. 72).

Se nós quisermos chegar a uma verdadeira renovação da vida religiosa, que está em crise, teremos que voltar à redescoberta de sua missão e não parar na eterna consideração de exigências jurídicas ou ascéticas, que facilmente são absolutizadas. É esta convicção que

encontramos no mais recente Documento da CLAR, “**Vida no Espírito e segundo o Espírito**”, quando diz: “A vida religiosa sempre foi entendida pela Igreja como uma consagração total a Deus. Por isso implica renúncia ao mundo. Os consagrados são “reservados” para Deus, como porção santa que escolhe viver, não “segundo os esquemas do mundo” (Rom 12,2).

Mas a Consagração como reserva não significa que Deus necessita de homens para si, porque é o Absoluto e se basta a si mesmo. No entanto, se reserva pessoas e as consagra, é para reenviá-las com mais profundidade — em missão divina ao mundo. A consagração como serviço e culto a Deus, significa que Deus escolhe os consagrados e os constitui sinais e instrumentos de sua presença entre os homens” (n. 91-92).

Podemos, portanto, dizer que cada reflexão sobre a vida religiosa deve se lembrar de seu primeiro postulado: a missão. Esta é o ponto de saída e o ponto-chave. Sem esta visão clara da missão, toda consideração sobre a vida religiosa corre o grave perigo de se tornar abstrata e até estéril. O Documento de Medellin, citando **Perfectae Caritatis** n.º 8, diz assim: “Para os religiosos de vida ativa, não se pode considerar a ação apostólica como algo secundário, antes “pertence ela à **própria natureza** da vida religiosa; toda a vida religiosa dos membros deve estar impregnada do espírito apostólico, e toda a ação apostólica informada do espírito religioso” (Med. c. 12,10).

II. A MISSÃO PRÓPRIA DO RELIGIOSO.

A missão de todos os fiéis é uma só: a continuação da missão de Jesus Cristo, ou, seja a construção do Reino de Deus. "Todo cristão — seja religioso ou leigo — buscará o Reino de Deus identificando-se, por amor, com Cristo em sua Encarnação, Morte e Ressurreição, que culminou na escatologia" (Med. c. 12,1 e 2).

Mas, como para a construção de um prédio existem muitas tarefas distintas, de pedreiro, de carpinteiro, de electricista etc., assim há na Igreja "diversidade nos serviços" pois, "os dons são diferentes" (1 Cor 12,4-5).

A vida religiosa é um dom diferente e por isso, tem uma missão própria, ou, talvez melhor, uma tarefa própria na missão universal da Igreja. Diz o Documento de Medellín: "No decorrer da História da Igreja, a vida religiosa teve sempre, e agora com mais razão, uma missão profética, a de ser testemunho da escatologia" (Med. c. 12,1). E o Documento explica: "Isso significa, por um lado, que o religioso deve encarnar-se no mundo real, e hoje com maior audácia que em outros tempos: não pode considerar-se alheio aos problemas sociais, ao sentido democrático, à mentalidade pluralista dos homens que vivem em torno dele. Por outro lado, no meio do mundo que corre para a secularização e para o esfriamento da fé e da caridade, o religioso terá que ser um sinal de que o Povo de Deus não tem

uma cidadania permanente neste mundo, mas busca a futura" (Med. c. 12,3).

Vejam os esses dois aspectos da missão profética, "a encarnação no mundo" e "ser um sinal".

1) A encarnação no mundo

Por muito tempo acentuou-se na vivência da vida religiosa a renúncia, a reserva. O mundo era um perigo e era mister fugir dele o quanto possível. Isto causou uma alienação quase completa, na grande massa dos religiosos, da realidade em que viviam. Ainda hoje sentimos as consequências. Quantos desconhecem a realidade do próprio ambiente em que vivem e nada ou pouco sabem da luta do povo pela subsistência, de suas dores e preocupações.

Muitos vivem assim em seus conventos, dedicados à sua obra, sem saber o que se passa fora, mas o pior é que, por isso, também não se perguntam se esta obra, se este modo de trabalhar, se esta dedicação a uma causa tradicional, ainda correspondem às necessidades do homem de hoje. Como diz Comblin, quando fala deste mesmo problema: "temos certeza de que aquilo seja a palavra de amor de Deus aos abandonados, aos homens pecadores, aos outros?"

Esta alienação se manifesta, outrossim, pelo fato que tão poucos religiosos se dedicam diretamente aos verdadeiramente pobres, aos

marginalizados, que formam a grande massa na América Latina. A maioria das obras funciona, tão somente, ou por grande parte, em benefício da classe média, da classe alta. Não devemos ver nisso algum propósito de desprezo dos pobres, de ligação consciente à riqueza e ao bem-estar. Parece-me muito mais ser consequência dessa alienação. Por falta de um sentido profundo da realidade, muitos não questionam as obras que fazem, nem as estruturas em que estão vivendo.

“O religioso deverá ter uma perfeita disponibilidade para seguir o ritmo da Igreja e do mundo atual, dentro dos limites que lhe indica a obediência religiosa”, diz o Documento de Medellín. “Deve adaptar-se às condições culturais, sociais e econômicas, embora isso suponha a reforma de costumes e constituições ou a **supressão de obras** que hoje já perderam sua eficiência” (Med. c. 12,8).

Esta eficácia não deve ser ponderada, só por aqueles que se dedicam pessoalmente à obra, nela encontram sua realização, pois, facilmente, tais pessoas se convencem da necessidade da obra. Ela se tornou algo de sua vida, e — como diz Comblin — tais obras “conferem tranquilidade e autosuficiência por que não precisam de inspiração do Espírito” (pg. 819).

A eficácia de cada obra deve ser ponderada por todos, por uma contínua atenção à inspiração do Espírito. Esta inspiração do Espírito se manifesta através dos sinais do tempo. Em seu artigo Comblin nos

explica que devemos entender por esses sinais do tempo: “Espiar os sinais do tempo quer dizer: olhar para ver o que faz o **outro**. O Espírito não fala pela consciência, pela reflexão, fala pelo **outro**. O Espírito faz com que nos encontremos com outro cuja atuação será para nós uma luz. O pecado da auto-suficiência do homem e do próprio cristão consiste em querer saber por si mesmo, e Cristo nos leva a olhar para os outros e a receber a luz de outros” (pg. 821).

Cristo cumpriu sua missão, encarnando-se, indo ao encontro do homem, ouvindo, escutando, atendendo. Isto é também a tarefa do religioso. “A situação atual não pode deixar inativos os religiosos; embora não tenham que intervir no sentido de dirigir o temporal, têm que trabalhar **diretamente** com as pessoas” (Med. c. 12,12), e, antes de tudo, com os pobres, pois “a pobreza (religiosa) não consiste tanto em não possuir como em um **compromisso de solidariedade** com os que sofrem a miséria” (Doc. CLAR n.º 99).

Lembremos as palavras do Papa: “Num mundo em pleno desenvolvimento, esta permanência de massas e indivíduos miseráveis constitui uma chamada insistente para “uma conversão das mentalidades e dos comportamentos” (GS 63), particularmente para vós, que seguis mais de perto a Cristo na sua condição terrena de aniquilamento” (Exort. 17). E o Papa continua explicando como este clamor dos pobres encontra eco na existência

dos religiosos: "Ele deve, antes de mais nada, impedir-vos aquilo que pudesse ser um compromisso com qualquer forma de injustiça social. Ele obriga-vos, por outro lado, a despertar as consciências para o drama da miséria e para as exigências da justiça social do Evangelho e da Igreja" (Ib. 18).

Quando se olha para a realidade de muitas obras, em mãos de religiosos, ou que contam com uma presença significativa dos mesmos, não é possível escapar à impressão que, em muitas delas, os religiosos vivem comprometidos com formas de injustiça social, são aproveitados como "inocentes úteis" para aumentar o valor da obra, sem que enxerguem essa situação deplorável.

Mais uma vez existe aquela alienação da realidade, pois só vêem a necessidade de fazer caridade; não vêem que esta caridade, antes de de tudo, exige a justiça. E assim acontece o trágico que, na melhor intenção de fazer caridade, ajudam a continuação da injustiça!

Diz o novo Documento da CLAR n.º 99:

"A pobreza não consiste tanto em não possuir como em um compromisso de solidariedade com os que sofrem miséria. **Assumi-la**, para poder a partir de dentro redimi-la. **Solidar-se** com ele (o pobre), pensar com **suas** categorias, significa ser pobre".

Esta solidariedade, esta "fidelidade a aspecto essencial pede aos religiosos a **renovação constante** de seus métodos, mantendo a continui-

dade com seu próprio patrimônio, para assimilar tudo o que vai surgindo de melhor na Igreja, e adaptar seus sistemas aos novos processos e novas necessidades" (Med. c. 12,13b).

Devemos ainda lembrar que esta alienação não deve só ser vencida pelo religioso como indivíduo. A missão do religioso é comunitária, isso quer dizer que ela participa da grande missão da Igreja, do Povo de Deus, como também que deve ser cumprida pelos religiosos como grupo, em comunidade, partindo da vida em fraternidade. "A vida em fraternidade deve ajudar o religioso a unificar-se em seu **ser** e seu **agir**, a tornar-se capaz de viver e criar comunhão, o que supõe constante conversão de uma atitude individualista a uma atitude comunitária" (CLAR n.º 176).

Faz pena ver como hoje muitas vezes surge um hiato entre o indivíduo, que caminha para uma verdadeira abertura, vencendo a alienação da realidade, e a comunidade, que continua fechada. Ela não acompanha o indivíduo, mas o isola, com consequências, às vezes, desastrosas. É evidente que no grupo grande nem todos caminham com a mesma velocidade e isso criará sempre tensões. Mas elas devem ser vencidas tanto pela boa vontade de todos no grupo para caminhar mesmo, para sair de qualquer instalação, como pela compreensão do que caminha mais, em ter paciência, em esperar um momento, se for preciso, em chamar os outros com a insistência da bondade.

2) Ser um Sinal

A vida religiosa é um testemunho evangélico, não só como toda vida cristã o deve ser, mas por títulos especiais, como já tentamos mostrar em nosso pequeno trabalho **Vida Religiosa e Vocação Batismal**, (Coleção Vida Religiosa n.º 7). O Documento de Medellín cita duas passagens de **Lumen Gentium** para indicar em que sentido a vida religiosa é um sinal especial:

“A Vida Religiosa deixa seus membros mais desimpedidos dos cuidados terrenos, manifesta a todos os fiéis a presença dos bens celestes — presentes já nesta vida — dá testemunho da nova e eterna vida conquistada pela redenção de Cristo, prenuncia a ressurreição futura e a glória do Reino celeste” (LG. 44). “Os religiosos, por seu estado, dão brilhante e exímio testemunho de que não é possível transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças” (Ibid. 31).

Estas citações, que soam um tanto triunfantes, Medellín explica: “Se é verdade que o religioso se coloca a certa distância das realidades do mundo presente, não o faz por desprezo pelo mundo, mas pelo propósito de lembrar seu caráter transitório e relativo. Seu testemunho não é **algo abstrato**, mas **existencial**” (Med. c. 12,1). É preciso mesmo sublinhar isso! Vida religiosa não deve ser um sinal abstrato. Não será nunca sinal só como “Estado”, independente do modo em que é vivido, mas só pode ser sinal como “Vivência”.

A maneira de viver a vida religiosa é de suma importância para ela poder ser um sinal dentro da Igreja e fora dela. Nenhum religioso dá um testemunho “inteligível” só pelo fato de ter feito os votos e de viver ligado a algum grupo. Dar testemunho inteligível, ser sinal compreensível, requer “uma união profunda com o Senhor, a qual vos permitirá transmitir a mensagem do Verbo Encarnado, usando uma linguagem que o mundo possa entender” (Exort. 9). Senão, acontece ao religioso, o que S. Paulo diz dos que falavam línguas: “quem fala em outras línguas, não fala aos homens” (1 Cor 14,2).

A linguagem da vida religiosa tornou-se outra do que a dos homens, não acompanhou suficientemente a mudança do tempo na vida e mentalidade do homem moderno. Foi esquecido que: “toda a instituição humana é insidiada pela esclerose e ameaçada pelo formalismo” (Exort. 12). Só uma vida religiosa sempre renovada, profética, porque sempre segue fielmente os novos apelos do Espírito “fala aos

homens, edificando, exortando e consolando" (1 Cor 14,3). Muito bem conclui S. Paulo: "prefiro falar na Igreja cinco palavras com o meu entendimento, para instruir outros, a falar dez mil palavras em outra língua" (Ib. 14,19).

Para chegar à realização desta tarefa de nossa vocação, de ser um sinal inteligível, devemos, ao lado

da encarnação, viver no Espírito e segundo o Espírito. Faço votos que por isso o Documento da CLAR seja lido e relido, ou melhor estudado em grupos e comunidades. O conteúdo é muito denso e a linguagem às vezes científica, mas, ajudando uns aos outros, dá para assimilar tudo com grande proveito!

III. MISSÃO DO RELIGIOSO, TAREFA DE FRONTEIRA

Para mostrar que a missão do religioso é tarefa de fronteira, podemos apelar à História da Igreja. Os movimentos renovadores e reformadores quase sempre saíram de diversos tipos de vida religiosa que a Igreja conheceu. Foram monjes e religiosos de diversas ordens e congregações que souberam dar a primeira resposta, a resposta necessária aos problemas que a própria transmissão da mensagem de Deus encontrava: A cultura das terras, a pregação no campo, o cuidado dos doentes, a educação do povo, a libertação dos escravos, a proteção aos desamparados, o combate aos herejes, a pregação entre os pagãos.

De fato, podemos ver nisto uma tarefa de fronteira: ser o primeiro a entrever os problemas, que surgem no caminho da evangelização, e ser o primeiro também em dar uma resposta adequada. Mas, é preciso atender bem! O importante aqui não é a resposta ao problema, através de obras e iniciativas, mas a finalidade da resposta: uma transmissão desimpedida da

mensagem, o encontro com o outro, como homem, e não só a solução de problemas materiais.

A missão do religioso não visa obras, visa homens. Diz Comblin: "historicamente não está comprovado, muito pelo contrário, que o clero e os religiosos tenham mais capacidade do que os outros para resolver todos os problemas" (pg. 819). A tarefa do religioso é muito mais despertar todo o Povo de Deus para dar solução aos problemas. Ele pode dar uma primeira resposta, mas na intenção de passá-la para o Povo de Deus, para os leigos, a fim de não "impedir seu acesso à responsabilidade adulta" (Ibid. pg. 819).

A submissão ao Espírito e a vivência profunda da obediência, são a profunda exigência da vida religiosa. Elas devem impulsionar o religioso a continuar a caminhada, na procura do outro, numa disponibilidade que está acima do apego à obra iniciada. Este apego termina em gerar a cumplicidade do religioso com as estruturas do poder, "de maneira que a função de

testemunho, própria da vida religiosa, tem ficado empobrecida" (CLAR 192).

O religioso é chamado a ser o eterno bandeirante que nunca se fixa, que sempre procura novas terras, onde outros se podem estabelecer! A missão religiosa continua a missão de Jesus, que recusou-se de ficar definitivamente em algum lugar: "Vamos a outros lugares, às povoações vizinhas, a fim de que eu pregue também ali; pois para isso é que eu vim" (Mc 1,38).

Esta tarefa de fronteira, que é busca, procura, sacrifício da segurança do definitivo, para viver na insegurança do futuro, do incerto, é a tarefa verdadeira do religioso, pois corresponde plenamente à sua consagração de reserva-missão — pois assim não é de si, mas totalmente de Deus; à sua vida de disponibilidade — pois nada o retém; de pobreza — pois sempre sacrifica, o que tem, pelo que deve vir; de obediência — pois sempre está às ordens, individualmente e como grupo, aos novos apelos do Espírito; de castidade — pois nunca limita seu amor a um grupinho de pessoas.

O religioso é chamado para mostrar aos homens que nossa vocação vai além das fronteiras desta vida, além da realização imediata. Também neste sentido, sua missão é uma tarefa de fronteira, pois sempre lembra e procura o além, onde está o definitivo: o Reino de Deus em sua plena realização. O leigo, pelo tipo de vida que leva, quase só enxerga as realidades do momento atual. As preocupações ime-

diatas o fazem esquecer o grande lema de Cristo: "Procurai primeiro o Reino do Céu" (Mt 6,33).

O religioso é chamado para fazer destas palavras o princípio de sua vida. Ele deve vivê-las, de certo modo, excessivamente, sacrificando valores humanos inegáveis, como matrimônio, posse, liberdade de vida, para que os outros sejam convidados a olhar além desses valores para aquilo, que é nosso ideal por excelência, a união com Deus no seu Reino.

Como Cristo foi um sinal de contradição, o religioso o será, enquanto viver com fidelidade essa sua missão. Diz Comblin: "A palavra de Jesus Cristo pede uma superação que os homens não querem aceitar. Ela provoca neles um temor, um susto, uma angústia que se traduzem por uma atitude negativa que vai até a rejeição total. Jesus morre como consequência de sua vontade de não respeitar a tranquilidade dos seus interlocutores" (pg. 811). Também por isso, o religioso é colocado na fronteira, onde sofre as críticas dos estabelecidos, onde facilmente fica só e incompreendido, onde pode morrer esquecido, rejeitado e como um fracassado aos olhos dos homens. (Cfr *Vem e Vê; A Vocação na Bíblia*, cap. 14, página 166).

Para que o religioso possa realizar esta tarefa de fronteira, é preciso que sua vida se fundamente "na Fé, que torna possível o impossível e na Esperança, que faz presente o que ainda não o é. Nelas está nossa fonte de inesgotável otimismo, acima de todo cansaço e desalento e que nos faz viver o

Reino que vem com a segurança da salvação" (CLAR 204). Viver em plena submissão ao Espírito, seguir Cristo, é uma aventura da fé, na qual nossa única segurança é a Promessa de Jesus: "Eis que estou convosco todos os dias até a consumação do século" (Mt 28,20).

Nunca seremos capazes de viver esta aventura, como Cristo a viveu, em plena obediência ao Pai. O comodismo, o desejo de nos instalar, de dizer "já chega", estão tão arraigados em nós, que nos é difícil sempre ser da vanguarda, viver em fronteiras sem segurança, sem saber o que o dia de amanhã nos dará. Mas sigamos o exemplo do grande apóstolo São Paulo, que falou:

"Não que eu já tenha alcançado o prêmio, ou que já seja perfeito, mas prossigo a minha carreira para ver se de algum modo o poderei alcançar, visto que eu fui apreendido por Jesus Cristo. Irmãos, não penso havê-lo já alcançado, mas uma coisa faço esquecendo-me do que fica para trás e avançando para o que está adiante, prossigo em direção do alvo, para obter o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus. Todos nós, portanto, homens feitos, tenhamos estes sentimentos. Mas, se pensais alguma coisa de outra maneira, também nisto Deus vos esclarecerá. Todavia, no ponto em que temos chegado, andemos ao mesmo passo" (Fil 3,12-16).

AS DIACONISAS

FREI IRINEU WILGES, OFM

Introdução

Hoje em dia se fala, se escuta e se lê muito sobre a emancipação da mulher. A mulher está acordando para os seus direitos. Constatou que muitas limitações lhe foram impostas pelo homem. Limitações culturais e que nada tem a haver com a natureza. Procura pois sacudir o jugo que lhe impuseram para ocupar o lugar que lhe compete na sociedade moderna. Também na Igreja de Deus a mulher quer ter o seu lugar. Ela se pergunta: por que não posso re-

ceber os ministérios? Por que não posso batizar, pregar, confessar, rezar a missa? Ora na Igreja sueca já existem pastoras, por que não na Igreja Católica? Por que esta sempre chega atrasada?

Uma vista sobre o passado talvez nos possa dizer alguma coisa ou dar alguma pista para responder a estas perguntas. Qual foi a atitude da Igreja no longínquo passado em relação à mulher? Esteve ela sempre à margem da vida da Igreja? Ela devia calar, usar o véu e acabou-se? Ou teve ela já alguma participação no sacramento da or-

dem? Houve de fato mulheres "diáconas" ou mesmo presbíteras? É o que pretendemos responder neste artigo.

A diaconisa no Novo Testamento

Será que podemos descobrir no Novo Testamento a existência de diaconisas, isto é, mulheres com um ministério fixo? Ocorre uma só vez no Novo Testamento o termo **diákonos** referindo-se à mulher. E é a passagem de Rom 16,1 quando se fala de Febe, "que é diaconisa na igreja de Cêncriis". É de notar que só no grego topamos com a expressão, enquanto na tradução latina se fala de Febe "que está no ministério" (*quae est in ministerio*).

Paulo chama a si mesmo de **diákonos**, assim como a Apolo, Epafra e Timóteo (1 Cor 3,5; Col 1,7; 1 Tess 3,2). Portanto só o uso da palavra não indica ainda um ministério. É verdade que Febe diaconizava, assistindo a muitos, mas era um ministério fixo? Tinha este ministério alguma relação com o altar? Poder-se-ia dizer que Febe servia aos mensageiros de Cristo como o fizeram Maria e as piedosas mulheres que acompanhavam a Jesus e aos seus (Mt 27,55 por exemplo)?

Paulo em Rom 16 enumera diversas outras mulheres engajadas na expansão do reino de Deus como Prisca, Maria, Trifena, Trifosa, Perside e Júlia. Seriam mulheres assumidas no ministério da Igreja?

Em 1 Tim 3,8 nomeiam-se as qualidades que deve ter um diácono e no versículo 11 enumeram-se as qualidades que devem ter as

mulheres. Mas que mulheres? As mulheres em geral? As mulheres esposas dos diáconos? Ou trata-se aqui de mulheres diáconas (2)? Esta última suposição tem as suas probabilidades. Parece que existiu no início só um termo tanto para o homem como para a mulher. Portanto: "As mulheres também sejam honestas", (1 Tim 3,11) isto é, mulheres subentendido **diakonoi**, para distingui-las dos diáconos homens (3).

Em 1 Tim 5,3 deparamo-nos com um grupo de viúvas. É um grupo bem constituído, com reconhecimento oficial, das quais se exigem a idade de 60 anos, que sejam casadas uma só vez, virtuosas e que levem uma vida casta e de dedicação ao próximo. Aqui perguntamos: Mas quem eram afinal estas viúvas? Eram diaconisas? Esta suposição vem do fato que alguns Padres da Igreja parecem identificar os dois grupos. Parece-me que não se pode simplesmente equipará-los. Um dos motivos é a exigência da idade de 60 anos. Mais tarde, sem dúvida, quando se abre mão de idade, viúvas se tornam diaconisas.

Em Atos 6,1s encontramos também viúvas: "Naqueles dias, como crescesse o número dos discípulos, houve queixas dos gregos contra os hebreus, porque as suas viúvas teriam sido negligenciadas na distribuição diária. Não é justo que abandonemos a palavra de Deus para servir às mesas". Que viúvas são estas? Não poderiam ser viúvas que pertenciam ao grupo de viúvas reconhecidas pela Igreja e que se dedicavam ao cuidado dos

pobres? Mas estas viúvas por sua vez precisavam de ajuda, daí a divergência entre os dois grupos e são então nomeados os sete para cuidar destas viúvas gregas. Eram diaconisas? Isto não se pode afirmar simplesmente, mas que diaconisavam sim (4).

Em 1 Cor 14,34-35 lemos que a mulher deve calar-se na assembleia e em 1 Tim 2,11-12 que ela não deve ensinar. Teríamos aqui alguma referência às viúvas ou às diaconisas? Pode-se também perguntar se a existência do ministério diaconal da mulher não influenciou a própria catequese. Pois a sogra de Pedro diaconisava (Mt 8,15; Mc 1,31), assim como Marta (Lc 10,40).

De todas estas considerações não podemos concluir com certeza absoluta que no Novo Testamento existia já a diaconisa. Devemos também sempre nos lembrar que no Novo Testamento não temos ainda uma terminologia fixa e mesmo os ministérios não tinham sido ainda bem determinados. Agora o que fica claro é que as mulheres tinham o seu papel na expansão do reino de Deus: dedicavam-se à oração, ao exercício da caridade, à hospitalidade, ao ensino nas casas às pessoas do seu sexo.

Na História até o Século X

Na Igreja primitiva encontramos diversos grupos de mulheres: o grupo das viúvas, o das virgens e o das diaconisas. Qual é a relação entre estes grupos? Há os que afirmam que as viúvas aos poucos mudaram de nome, passando a cha-

mar-se diaconisas. Tal interpretação fundamenta-se em **Tertuliano** (+ 220) e **S. Epifânio** (+ 403) como também no fato de a legislação canônica das diaconisas se inspirar no grupo das viúvas de que nos fala Paulo (1 Tim 5,9.10; 6,12-13). Agora esta maneira de interpretar encontra dificuldades em responder ao fato de que as diaconisas, recebiam a imposição das mãos segundo as **Constituições Apostólicas** (fins do séc. IV), enquanto, segundo **Hipólito** (+ 235), as viúvas não eram ordenadas mas destinadas à oração. A **Didascália Siríaco** (metade do séc. III) e **Testamento do Senhor** separam as viúvas e as diaconisas em dois grupos distintos. Portanto que não se confundam os dois colégios.

Pode-se e deve-se ver neles dois colégios paralelos (5). É certo que diaconisas provinham do grupo das viúvas, mas temos também uma virgem de 20 anos que é ordenada diaconisa. As **Constituições Apostólicas** confirmam isso: "Para diaconisa deve-se escolher uma virgem, ou então ao menos uma viúva fiel e honrada, casada uma só vez". Aos poucos as viúvas cederam lugar às diaconisas. Isto aqui só vale para o Oriente.

Segundo **Vandenborn** (6), no Oriente fala-se de diaconisas, no Ocidente fala-se de viúvas. Isto parece indicar que devemos simplesmente no Ocidente identificar as viúvas com as diaconisas.

O que contribui para complicar as coisas é que só aos poucos a terminologia se fixa. É só no século IV com as **Constituições Apos-**

tólicas que aparece pela primeira vez o nome diaconisa. E só aos poucos que o termo foi se impondo.

1 Tim 3,11 e 5,11 e Rom 16,1

Quanto à exegese de: "As mulheres igualmente sejam honestas, pudicas" (1 Tim 3,11) diz S. João Crisóstomo (+ 407) que aqui se trata de diaconisas. Argumento dele: Paulo fala de bispos e diáconos e de repente interrompe o discurso e se dirige às mulheres, que está claro neste contexto que não se pode referir às mulheres em geral. Também Jerônimo (+ 419) vê nelas diaconisas. "Rejeita, contudo, as viúvas mais jovens" (1 Tim 5,11), isto é, rejeita as mais jovens no ministério do diaconato. Que a viúva não seja eleita antes dos 60 anos e seja mulher de um homem só. Tais quis Paulo fossem eleitas diaconisas.

Também os catafriges viam nelas diaconisas e por isso ordenavam mulheres diaconisas.

"Recomendo-vos Febe, que é diaconisa na igreja de Cêncriis" (Rom 16,1), isto para Orígenes (+ 253) significa que as mulheres também foram constituídas no ministério da Igreja. Elas devem trabalhar na Igreja pela Igreja.

É de notar que Orígenes não afirma diretamente que as senhoras que encontramos nestas duas epístolas de Paulo sejam diaconisas. Afirmam sim que isto significa que também as mulheres foram assumidas no ministério e que também elas devem trabalhar pela Igreja.

A maneira de ver de João Crisóstomo e Jerônimo se compreende, porque eles conhecem a instituição as diaconisas de seu tempo e procuram ver a sua instituição já no Novo Testamento.

O que afinal faziam as diaconisas?

As diaconisas preocupavam-se antes de tudo das pessoas do seu sexo. A gente pode compreender isto muito bem no Oriente, onde a mulher vivia quase exclusivamente no lar, onde o contato dos sacerdotes e diáconos mesmo com as mulheres enfermas não era aceito pelo contexto social. Ali as diaconisas visitam as pessoas doentes de seu sexo e lhes impõem as mãos, cuidam dos pobres e dos órfãos, vigiam as viúvas que lhes devem obedecer, mantêm a ordem na igreja. Também naquele tempo havia pessoas que não se sabiam comportar dignamente na igreja. De-

via acordar os que dormiam nas cerimônias. Dar lugar às mais velhas, fazendo as mais novas levantarem-se. Procurar um lugar para os que chegassem atrasados, como hoje em dia se faz nos cinemas. No batismo das mulheres eram elas que as ungiam. Recordemo-nos que o batismo era feito por imersão e sem as vestes normais. Aqui vê-se o seu papel importante e desaparecendo esta maneira de batizar vão perder uma função relevante. Quando as mulheres queriam falar com um diácono ou bispo deviam primeiro falar com a diaconisa, que assistia à conversa. Certamente para evitar malícia e conversas de terceiros. Estas são as funções da diaconisa segundo as **Constituições Apostólicas**, escrita pelos fins do século IV.

Segundo o **Testamento do Senhor** (metade do séc. V) as diaconisas levam a comunhão para as mulheres doentes. Não devem tocar o altar, mas não havendo diácono ou padre presente podem tirar do tabernáculo as sagradas partículas para distribuí-las às crianças e às mulheres. Note-se que não as distribuíram aos homens. Quanto a este ponto nós hoje já temos progredido, pois as nossas vigárias do Nordeste e de outras regiões repartem o pão também para os homens. Parece que naquele tempo havia reuniões só para mulheres e crianças dirigidas por uma diaconisa.

Quando alguma moça tinha sofrido violência elas tem como função verificar a integridade física da jovem. Devem também preparar os catecúmenos para o batismo.

Mesmo depois de batismo elas continuam a dar-lhe os seus ensinamentos.

Cuidam também do enterro dos mortos, segundo Epifânio (+ 403). Zelavam também pelas lâmpadas na igreja, limpando-as e acendendo-as, como testemunha João Edessa. Entre os catafriges elas também pregavam. (Interessante que entre os herejes elas tem mais funções e poderes que na Igreja Católica). Dizíamos antes que elas davam a comunhão só às mulheres. João de Tella testemunha que elas davam também à comunhão a meninos de 5 anos. (Eram mais avançados que Pio X). O papel na liturgia vai aumentando desde o século VI: podem ler a epístola e o Evangelho para as mulheres, mesmo tendo diácono presente, podem mesmo incensar, só não podem dizer a oração da turificação.

Devemos nos lembrar aqui que neste tempo nós já temos abadessas que são diaconisas. Tratam-se então de cerimônias que se desenvolvem nos conventos, entre as monjas. Podemos aqui muito bem compreender que a abadessa lesse a epístola e o Evangelho no ofício divino. Agora um passo avante é a licença que o bispo pode dar para que misturem vinho e água no cálice. Isto faz a João Edessa dizer que isto é um abuso, pois elas não são diáconas do altar, mas dos pobres.

Começa então diante daquilo que se chama abuso da parte das diaconisas uma reação contra as mesmas. Procuram-se leis no passado que lhes proibam as funções no

altar. Assim cita o papa Sixto, que viveu pelo ano 120, que teria proibido que os vasos sagrados fossem tocados por homens não ordenados. Temos aqui a exclusão das mulheres de maneira indireta. Mas, segundo Haye van den Meer, o texto é uma falsificação, que foi inventado no tempo da oposição gálica às diaconisas.

Achou-se também o texto do papa Sotero (165-174) em que se veta às mulheres não consagradas de tocar os vasos sagrados e as palas. É mais uma falsificação, segundo Haye van den Meer (7).

O sínodo de Laodicéia (343 e 381) proíbe que as mulheres pisem no altar, proibição que é muitas vezes repetida mais tarde.

O sínodo de Saragoça levanta-se contra o fato de mulheres ensinarem publicamente em reuniões onde também há homens. O sínodo de Nimes (394) relembra que é contra o costume da Igreja dar a ordem a mulheres. Parece portanto que naquele tempo de fato mulheres receberam a ordem.

Em sínodos posteriores nós encontramos repetidas as proibições: de não se aproximar do altar, de não tocar nos vasos sagrados. O que significa que elas continuavam a fazê-lo. De fato em 829 temos um testemunho de que mulheres davam ao povo o corpo e o sangue do Senhor. Qual seria o motivo destas proibições? Segundo van den Meer, seria o perigo da castidade para os homens e provavelmente por causa das heresias em que caíram.

O batismo de mulheres adultas tinha caído em desuso, já que as conversões se tornaram raras. O abuso das diaconisas, o perigo da castidade fizeram então com que a função da diaconisa fosse vista cada vez mais supérflua ou ao menos com não bons olhos. Aos poucos e reiteradas vezes chegou-se a pedir a supressão das mesmas. Assim pedem o sínodo de Orange (441), Épaone (517), Orleans (533). Deve-se notar que isto vale antes de tudo para a França e não para os outros países. Alí diaconisa se tornou aos poucos apenas um título de honra.

Na Alemanha, o sínodo de Worms em 868 se ocupa delas. No século IX encontramos as mesmas no cotejo do papa Leão III. Verceil (934-950) ainda as nomeia. Parece de fato que a diaconisa se torna cada vez mais rara. Existem também no Ocidente abadessas que são diaconisas como Santa Radegunda.

Resumindo podemos dizer que as suas funções são de diaconisas dos pobres em primeiro lugar, aos poucos elas se tornam cada vez mais diaconisas do altar. Do altar, sim, mas bem compreendido. O seu serviço é em primeiro um serviço para os de seu sexo, aos poucos os seus prestimos se estendem também aos meninos de 5 anos, e aos homens.

Quais eram as exigências para que alguém pudesse ser aceito para a função de diaconisa?

Para ser diaconisa, além das exigências do apóstolo Paulo (1 Tim 3,11) se pedem no início, 60 anos

de idade. Teodósio (390) determinava simplesmente que sejam viúvas que tenham tido filhos. Mas como a idade de 60 anos era uma idade muito avançada para ainda prestar grandes serviços à causa da Igreja, começou-se a fazer exceções. Assim o concílio de Calcedônia (451) exige só 40 anos, exigência que entrou no **Decreto** de Graciano. Não obstante exista ainda um outro sínodo que continue a exigir 60 anos de idade, o Concílio de Calcedônia se imporá.

Quem eram estas diaconisas?

Faziam elas parte do clero? Recebiam uma participação na ordem? O **Testamento do Senhor** afirma que elas estavam no presbitério quando se levava a oferta ao altar através do subdiácono. As **Constituições Apostólicas** lhes dão um lugar todo especial na hierarquia. S. Epifânio fala delas como a conclusão da hierarquia. Elas também são chamadas canônicas, porque recebiam a sua porção como o clero canônico (segundo os cânones). Elas recebiam a imposição das mãos, segundo Calcedônia e Trulo, segundo Sozômenos e Fortunato. Temos aqui uma verdadeira ordenação?

É claro que se partirmos da situação atual em que a teologia em geral não aceita ou não aceitava que as mulheres tivessem recebido qualquer ordenação ou quando mesmo se nega que possam, segundo o direito divino, receber a ordenação, nestas circunstâncias e com estas idéias, assim chamadas preconcebidas, encontramos os auto-

res cristãos que com facilidade refutavam que aquela imposição das mãos não passava de uma bênção ou de um sinal de agregação ao grupo das diaconisas.

Leclercq diz que se houve verdadeira participação no sacramento da ordem isto não teria servido a nada, pois elas nem batizar podiam. Além disso a imposição das mãos também era recebida pelos diáconos e o leitor (8). Pode-se responder a Leclercq o seguinte: em primeiro lugar, se queremos fazer uma teologia da ordem segundo os poderes, então a nossa teologia será muito pobre, principalmente quanto ao episcopado e quanto ao diaconato. Como se poderia ainda falar de sacramento? Mesmo o presbiterato seria reduzido a um esqueleto. Para que hoje em dia receber os ministérios? Que poderes a mais vai receber o seminarista do que já fazia antes?

Quanto à imposição das mãos ao subdiácono e ao leitor isto poderia mostrar que também eles naquele tempo estavam ligados ao sacramento da ordem. Poderíamos dizer que à Igreja foi confiado o sacramento da ordem e ela o pode distribuir segundo as necessidades dos tempos e lugares. Assim a Igreja dividiu a ordem em diaconato, presbiterato e episcopado, mas o poderia ter feito de maneira diferente. Na Idade Média se consideravam as quatro ordens menores, como fazendo parte do sacramento da ordem. Ora, se aceitamos isso, não é preciso fazer tanta ginástica para dizer que aquela imposição das mãos é só uma bênção, um sacramental (9).

Já os catafriges interpretavam 1 Tim 3,11 no sentido de verdadeiras diaconisas e em consequência eles ordenavam mulheres diaconisas e também presbíteras. Os nestorianos davam-lhes direito de distribuir a comunhão. Mesmo na Grã-Bretanha no início do século VI encontramos mulheres assistindo na missa aos sacerdotes e tomando o cálice na mão e distribuindo a comunhão ao povo.

No caso da imposição dada às diaconisas segundo as **Constituições Apostólicas**, para J. Colson trata-se de uma verdadeira ordenação (10). Mas para Congar não se trata de uma imposição das mãos com um valor de sacramento. E se de fato o fosse tratar-se-ia só de um fato restrito à Síria. Assim como a distribuição da comunhão seria um abuso e assim como foi um abuso a jurisdição de foro externo e mesmo interno dada a mulheres, assim também a imposição das mãos com valor de sacramento seria sido um abuso (11).

Para Michael Schmaus, até o século IV a diaconisa não pertencia ao clero, o que demonstra muito bem o concílio de Nicéia (325), que afirma que as diaconisas não têm ordem alguma e que devem ser contadas completamente entre os leigos. Mas, conforme as **Constituições Apostólicas**, os bispos devem instituir ajudantes para os homens: diáconos, ajudantes para as mulheres: diaconisas. As diaconisas recebem a imposição das mãos como os diáconos. Diaconato masculino e feminino tem o mesmo sinal externo (imposição das mãos e oração), por isso ou os dois são sacramento ou nenhum o é. Ademais a fórmula da ordenação da diaconisa vem depois do diácono e antes do subdiácono. Este não a pode excomungar e a fórmula de ordenação da mesma vem antes do subdiácono. A imposição e a oração demonstrariam portanto que a diaconisa pertence ao estado clerical (12). Também a legislação imperial de Justiniano a contava entre o clero.

NOTAS:

- (1) O autor destas linhas escreveu uma tese sobre: "A história e a doutrina do diaconato." Neste livro há um capítulo especial sobre as diaconisas. Se o leitor ou a leitora desejar um aprofundamento recorra ao livro. Aqui deixei também fora o aparato científico que lá se encontra. Ficha do livro: WILGES, P.I., **A história e a doutrina do diaconato até o concílio de Trento**", Petrópolis, Vozes 1970.

- (2) **Bíblia de Jerusalen** edición española, Desclée de Brouwer 1967, 1587: "Probablemente las mujeres que ejercían funciones de diaconisas, cf. Rm 16,1 y no las esposas de los diáconos".
- (3) VANDENBORN A., **Diaconesse**, em **Dict. Encyclop. de la Bible**, 447 — Também DAVIS J. G., (**Deacons, deaconesses, minor orders in the patristic period**, em **Journal of eccl. history** 14(1963) 1) admite que no grego existia só uma palavra e que para a diferenciação se usava o artigo masculino ou feminino.
- (4) GAECHTER, P. **Die Sieben**, em **Zeitschrift f. Katholische Theologie**, 74 (1952) 131-134. COLSON, J. **Der Diakonat im Neuen Testament**, em **Diaconia in Christo, über die Erneuerung des Diakonates**, herausgegeben von K. Rahner u. H. Vorgrimmler, em **Quaestiones Disputatae** 15/16, Freiburg-Basel — Wien, Herder 1962, 8. (citação: Daiconia)
- (5) FORGET, J., **Diaconesses**, em **DThC** 4,687.
- (6) VANDENBORN, **Veuve** em **Dict. Encyclop. de la Bible**, 1922: "Tandis qu'en Orient on connait des diaconesses, on parle plus souvent en Occident de veuves. Il faut peut-être identifier les deux fonctions".
- (7) VAN DEN MEER, H., **Priestertum der Frau? em Quaestiones Disputatae**, 42, Freiburg, Herder 1969, 114.
- (8) LECLERCQ, H., **Diaconesse**, em **DACL** 4,727. CROCE, W., **Aus der Geschichte des Diakonates**, em **Diaconia** 96.
- (9) RAHNER, K., **Kirche u. Sakramente**, em **Quaestiones Disputatae** 10, Freiburg, Herder, 1960,65.
- (10) COLSON, **La fonction diaconale au origines de l'Église**, Paris 1960, 135-137.
- (11) CONGAR, Y. M. J., **Il diaconato nella teologia dei ministeri**, em **Il diacono nella Chiesa e nel mondo di oggi**, opera pubblicata sotto la direzione di P. Wininger, e Y. Congar, em **Collana Studi Conciliarl**, n.2, tradução italiana, Padova 1968, 202-204.
- (12) SCHMAUS, M., **Katholische Dogmatik**, vol 6, München, Max Hubert, 1957, 684-685 (citamos a edição espanhola).

Jean-Marie René Tillard é um dos teólogos mais lúcidos e equilibrados do pensar teológico da atualidade sobre a vida religiosa. Dos que mais escrevem sobre o assunto e um dos mais lidos, nem por isso menos sério e questionador. Bom conhecedor dos meios religiosos brasileiros, publicamos a entrevista que concedeu à revista **Vida Religiosa**, n.º 248, 1973, páginas 65-80. A CRB lançou um volume de Tillard na sua Coleção Vida Religiosa, sob o título **A Vida Religiosa Hoje na Igreja**. É o volume n.º 10. Adquira-o na sua Regional.

O PRESENTE E O FUTURO DA VIDA RELIGIOSA

FREI J. M. R. TILLARD, OP

— Vê a vida real das religiosas e dos religiosos em crise ou não? Que gravidade tem a crise atual da vida dos religiosos?

Para compreender bem minha posição não se pode perder de vista que eu falo sempre do **Projeto da Vida Religiosa**. O Projeto traça um ideal, uma meta que se tenta alcançar com vontade, sabendo, no entanto, que o ideal não será jamais plenamente realizado. Idealismo? Não. O homem em seus grandes intentos só realiza uma obra nobre quando brilha diante dele um fim que o supera, mas que

ao mesmo tempo, o estimula, o incita. Se este ideal se vê reduzido a simples dimensão do "possível", estritamente reduzido a uma visão intermédia, então é como dar meia volta para cair na mediocridade trivial, sem relevo. Buscar o que está além do possível é criar o ânimo e a superação. Quanto mais de cheio entro na história da vida religiosa mais me vou convencendo de como este Projeto religioso superou sem-

pre as possibilidades da maioria desses homens que buscavam o Senhor com generosidade e amor neste gênero de vida. E isso inclusive nos momentos mais difíceis.

Nossos antepassados foram Tarzãs espirituais. Eram "pobres" homens ávidos de superar suas fraquezas, sabendo-se vencidos com frequência por elas. Daí nascia sua misericórdia. É preciso reconhecer, entretanto, que em nossos dias a vida religiosa considerada globalmente, atravessa uma das crises mais graves de sua história. Em todos os meios, com exceções talvez de algumas raríssimas encrustações privilegiadas, os religiosos constataam uma baixa em seus efetivos, um acréscimo no número de saídas, divisões internas. Porém, principalmente a erosão do sentido

mesmo da própria existência. Acabam por perguntar-se se a profissão é uma resposta válida a este apelo que persiste em todo homem e em todo cristão.

Por outra parte está ocorrendo, com frequência, que os esforços generosos dos mais animados, tentando adaptar-se, abrir caminhos novos, estão fracassando. Isto gera uma crise de esperança. Ora, como o demonstrou em suas diversas obras o psicólogo Viktor Frankl, se a tensão da esperança relaxa, a própria vida se encontra em perigo. Acrescentaria por minha parte: sobretudo a vida cristã e a fortiori, a vida religiosa. O cristão é sustentado e mantido pela esperança. E nossas comunidades sofrem crises de esperança.

— Quais as maiores e mais graves causas da crise atual da vida religiosa?

Em um opúsculo dirigido às religiosas da França tentei discernir as causas principais desta crise. São numerosas. Citarei apenas algumas.

Em primeiro lugar está a crise da Igreja inteira, de todas as comunidades cristãs, protestantes, anglicanas e católicas. Certos espíritos que julgam a crise religiosa de modo míope parecem não compreender. A crise que se vive nas comunidades é a expressão, às vezes exacerbada, da que se vive em todos os níveis do Povo de Deus. Há uma crise do sacerdócio, uma crise do laicato, uma crise da pastoral, uma crise do matrimônio. Co-

mo a vida religiosa se situa no coração da Igreja, é normal que a crise se manifeste com mais intensidade.

Acrescentemos que a crise da Igreja se encontra estreitamente ligada a uma crise da humanidade. Está em gestação um novo tipo de homem. Um homem seguro de sua própria responsabilidade, secularizado, que busca pleno desenvolvimento de sua liberdade e de sua autonomia. O progresso da técnica e da ciência lhe oferece os meios para remediar por si mesmo muitos males sem ter que recorrer, como em outros tempos, às igrejas.

As igrejas estão intentando, com muita dificuldade, abrir caminhos nesta humanidade nova pela qual se deixaram surpreender, talvez porque confiavam demais em si mesmas.

E as comunidades religiosas, guiadas por um ideal apostólico, estão vivendo em seu nível correspondente esta busca, tão carregada de conseqüências e tão frequentemente coroadas pelo fracasso. Isto se acentua se levarmos em consideração que a crise das igrejas leva frequentemente ao impasse pontos essenciais da fé. As "ciências da suspeita" apresentam aos cristãos lúcidos questões difíceis. As respostas dadas a estes questionamentos são demasiado superficiais para que pudessem ser aceitas.

Quando se começa a tocar certos aspectos do evangelho e não falo do secundário ao qual no passado se deu importância pouco qualificada e demasiado exagerada, ataca-se o eixo mesmo, em torno do qual se constrói o Projeto religioso. Para que queimar a existência, radicalmente pelo Evangelho se este não é tão seguro como se havia pensado?

A crise tem outras causas ainda, algumas das quais dependem da imagem que no passado se deu à vida religiosa, com a qual permaneceu e se estereotipou. Vou assinalar algumas dessas causas: Certo modo de encarar o mundo, de fugir dele como se fosse unicamente mau e fonte inevitável de corrupção. Como conciliar esta atitude com o verdadeiro papel do mundo no desígnio de Deus?

As comunidades se construíram com uma visão demasiado espiritualizadora do homem. Só se insistiu no espírito, na alma, esquecendo que o corpo pertencia também à profundidade da pessoa e que a grandeza dessa mesma pessoa e sua função dependiam igualmente do corpo. Certos religiosos têm a impressão de que sua espiritualidade religiosa é um nadar contra a corrente.

Notemos ainda — embora isto não se aplique por igual a todos os Institutos — certo estilo de autoridade e certo modo de conceber a vida em comum em uma dependência muito minuciosa e detalhista que impedem a realização de certos valores pessoais e que vigoraram até nossos dias. Toda a educação contemporânea e as aspirações mais profundas da sociedade atual vão em sentido contrário.

Certa teologia da obediência que confunde obediência com entorpecimento da responsabilidade pessoal marcou as comunidades com uns traços nos quais estas correm o risco de estereotipar-se aos olhos de nossos contemporâneos; os traços de um homem nos quais não se reconhece a nova humanidade que está nascendo diante de nossos olhos. E os jovens religiosos constataam com imensa dor esta desproporção.

Por outra parte, a maioria das comunidades que se constituíram nos últimos séculos se concentram em instituições (escolas, hospitais etc.). A situação social e o serviço dos homens o exigia em outra época. Que fazer hoje? Se se quer

manter estas obras, a diminuição dos efetivos obriga, ou a esgotar os religiosos com horários inumanos ou a converter-se em patrão, o que traz o risco de colocar as comunidades ao lado dos poderosos. A sociedade civil vai se encarregando cada vez mais destes setores.

Há um século, para ajudar socialmente os africanos era quase necessário entrar em uma comunidade missionária. Hoje não. É preciso situar estas causas, que estou assinalando sem pormenores, na tela de fundo do que constitui igualmente uma causa séria do mal-estar: o modo segundo o qual os cristãos entendem servir a humanidade daqui por diante. Percebe-se

cada vez mais, o compromisso cristão dentro de uma linha sócio-política no sentido amplo da expressão. Diante desta visão muito exigente, o compromisso propriamente religioso parece a muitos, menos integral e como opondo demasiadas barreiras a uma real encarnação nos assuntos sobre os quais o mundo se questiona hoje.

Então, como pensar, de acordo com o que era ensinado por uma teologia dos conselhos opostos aos preceitos, que a vocação religiosa seria a vocação da perfeição da vida evangélica, ou que haveria um carisma mais perfeito próprio dos religiosos?

— Você acredita que a crise afeta igualmente aos religiosos e às religiosas ou pensa que existem diferenças importantes? Não acha, por exemplo, que as religiosas já estão mostrando mais disponibilidade e mais possibilidades reais de renovação que os religiosos? A que atribui isto?

É preciso reconhecer que as comunidades femininas entraram com fervor na renovação. Sua generosidade e sentido da obediência às diretrizes da Igreja encontraram ocasião de se manifestar. É verdade, no entanto, que em muitos institutos femininos a necessidade de renovação era mais urgente que no conjunto das congregações masculinas. Um afã de minuciosidade por demais acentuado, um apego exagerado aos pormenores, um medo do risco, a submissão a leis elaboradas frequentemente por homens pouco a par dos costumes femininos obscureceram por vezes o es-

sencial. Os homens por sua parte já haviam mitigado a lei.

As comunidades masculinas clericais se defrontam além disso com outros problemas: a crise do ministério sacerdotal. Entre as religiosas a situação sob este aspecto é mais clara. Enquanto muitos religiosos se fizeram religiosos para serem sacerdotes, entre as religiosas a opção fundamental sempre foi sem equívocos. Acrescento que a virgindade, a atenção a Deus, a necessidade inata de entrega desinteressada parecem mais próprias ao temperamento feminino que ao

masculino. Isto atenua nas religiões grande parte da crise atual.

Não obstante — e sem querer fazer o papel de profeta de desgraças — parece-me que a evolução atual da promoção da mulher vai apresentar às comunidades femininas novos questionamentos que

vão exigir respostas bastante radicais. E estas porão em tela de juízo muitas formas atuais e numerosas tradições. A evolução das comunidades femininas terá que fazer-se em uníssono com a evolução da situação da mulher. Estarão dispostas todas as comunidades?

— Que possibilidades reais você vê de renovação e sobrevivência das atuais instituições de vida religiosa? Qual será o preço de uma autêntica renovação? Que caminhos ou etapas assinalaria para poder chegar à renovação autêntica?

Antes de mais nada quero repetir minha convicção: a vida religiosa contemplada em seu projeto está por demais ligada intimamente à seiva da Igreja para que possa desaparecer. Não falo de suas formas, muito relativas, mas de sua intenção profunda. O radicalismo evangélico busca sempre penetrar na vida do Povo de Deus. A reaparição de comunidades fervorosas nas igrejas protestantes é um sinal. Penso simplesmente em Taizé. Penso sobretudo nas comunidades anglicanas e luteranas, menos conhecidas, porém, igualmente significativas.

Por outra parte, os grandes sobressaltos da vida religiosa têm acompanhado ordinariamente as renovações, experimentando crises que, em muitos aspectos, se parecem com os atuais. Mesmo parecendo, à primeira vista, ir contra, o movimento comunitário contemporâneo é, a seu modo, uma procura e uma verdadeira renovação de certos valores fundamentais da vida religiosa.

A permanência de grupo que encarna o projeto religioso não se poderá realizar sem uma profunda mudança das formas atuais. A mutação do mundo é hoje demasiadamente grande para que possamos contentar em dourar de novo o antigo. Isto vale em nível de vida religiosa e em outros níveis da vida eclesial. Esta questão é de vida ou de morte.

Há possibilidades reais dentro da situação atual, há pontos de enraizamento que podem suportar esta mutação. Não se pode, entretanto, ter medo de ser lúcido. Esta lucidez se refere em particular a dois pontos: é evidente que no futuro os religiosos serão um número reduzido. Não há por que estranhar nem se entristecer. Quem sabe, não estamos sofrendo atualmente de uma inflação de profissões religiosas em relação às verdadeiras vocações, consequência de uma situação de cristandade que está prestes a desaparecer. Está claro que só fiéis convictos, de forte personalidade cristã, impulsionados de ver-

dade pelo evangelho, pensarão neste tipo de vida.

Estas duas constatações — número reduzido, fortes personalidades cristãs — implicam uma espécie de metamorfose progressiva do estilo de nossas comunidades. E isto não se pode realizar sem sofrimento. Se, com efeito, se procurar não desalentar as forças vivas que ingressarem (raras mas de forte personalidade), será preciso deixar-lhes toda margem de criatividade de que necessitem. Sem isso, ou bem os esterilizamos (que tragédia!) ou bem os desilusionaremos e acabaremos por ir-se.

No entanto, não temos direito de abandonar à sua sorte aqueles e aquelas mais idosas que para permanecer fiéis sentem ainda necessidade de formas menos novas, mais adaptadas às suas experiências, à sua mentalidade, ao ambiente ao qual se comprometeram. Daí a necessidade de certo pluralismo. Talvez se pudesse pensar em alguns agrupamentos entre congregações para permitir, em forma viável, a criação de sérias células de busca. No período de transição rápida em que nos encontramos creio que isso se imporá. E é preciso admiti-lo. Existem atualmente em muitos institutos formas vivas, verdadeiramente evangélicas, desejosas de comprometer-se plenamente com o projeto religioso, para a Igreja de hoje. Estão de acordo com nosso tempo.

Não são a maioria. E é normal.

Outras pessoas, convencidas também, entretanto formadas em outra mentalidade, constituem o bloco principal. "Apagamos o Espírito" se não permitimos a essa minoria de atualizar seu projeto religioso em função das perspectivas cristãs de hoje. Matando a vida que vai crescendo, mataríamos o que cremos poder manter a todo preço: condená-lo-íamos a não ser mais do que um órgão testemunho. O medo do risco nos mataria a nós mesmos.

Sinais atuais da mutação de que falo? Vejo alguns, muito tímidos ainda, porém capazes de fazer perdurar a vida religiosa se não forem apagados: um novo estilo de autoridade e de relações fraternas, não confundir com o laxismo de uma existência sem estruturas, um esforço para a conciliação das exigências comunitárias e as das inspirações pessoais, a distinção entre comunidade de vida e equipe de trabalho, a inserção dentro dos verdadeiros problemas da comunidade, a aparição de grupos pequenos nos quais os membros de congregações diversas se encontrem reunidos para uma missão comum ou uma mesma espiritualidade e acima de tudo a necessidade de oração verdadeira e de verdadeira descoberta de Cristo para além de tudo o que nos está condicionado.

— Que lhe parece melhor para o futuro da vida religiosa: trabalhar na renovação estrutural dos atuais Institutos e Congregações, ou trabalhar na busca de novas formas de vida religiosa? Ou ambas as coisas ao mesmo tempo?

Apresentando-o como uma alternativa, o problema me pareceria mal colocado. Se é preciso, surjam novas formas de vida religiosa e se lhes permitam nascer com a espontaneidade própria das obras do Espírito. Talvez se pudesse dirigir para elas, com mais flexibilidade do que é permitido pela legislação atual, certos religiosos que se encontram mal ajustados no Instituto em que professaram. Porém, é igualmente essencial que as Congregações atuais apresentem pouco a pouco um aspecto novo.

Uma das funções principais dos superiores maiores de hoje nestes institutos me parece ser a de uma prospectiva suave, inteligente, que permita uma evolução real. A palavra **evolução** diz muito mais do que **adaptação**. Nunca esta última me agradou muito. A evolução exige manter o mesmo filão — trata-se do carisma e do entroncamento no evangelho — e o aceitar o aparecimento de novas formas, neces-

sariamente diferentes das formas primitivas, ainda que derivadas delas. Nossas comunidades devem **evolucionar**, isto é, recusar as soluções de facilidade, o apego míope às formas passadas que as transformaria em vestígios de uma época fora de moda e à desconexão pura e simples do passado que os levaria à aventura para algo que não teria de religioso senão o nome. Nem estancamento, nem ruptura, porém caminhada para a frente.

É claro que a evolução se realiza por caminhos que têm muito de incógnito. É preciso deixar que a vida, a experiência diária, se converta no artífice principal com o Espírito de Deus. É impossível, portanto, traçar de antemão grandes planos de conjunto, ou querer instalar unicamente o definitivo. A pobreza de espírito toma hoje para toda a coletividade, esta forma de insegurança. É preciso aceitá-lo serenamente.

— Não crê que a autêntica renovação evangélica da vida religiosa não se conseguirá sem ressituar, sem situar de forma nova e diferente de como está agora, a vida religiosa na Igreja e na vida real, humana e social, dos homens?

Um ponto importante e concreto deste re-situar a vida religiosa: até agora a vida religiosa se encarnou, em geral, como em um mundo próprio e à parte do mundo real dos homens, inclusive à parte da comu-

nidade cristã. A vida de comunidade, de oração, a vida sacramental... tudo se montou em um mundo fechado e apartado da comunidade cristã. Não crê que se deve exigir de toda autêntica comunida-

de de vida religiosa, como dimensão essencial de sua comunitariedade, que seja de fato, de algum modo, criadora e animadora, ou fermento da comunidade cristã local, de grupos da Igreja local? E isto não exigiria ressituar todos os elementos da vida de comunidade?

Estou de acordo. A vida religiosa terá de se encarnar nas formas novas da existência humana. É uma das principais leis da sua evolução. Sublinhei entre as causas da crise atual a aparição de um novo tipo de homem e a desproporção que se está produzindo. É preciso acrescentar que a vida religiosa, se isolou voluntariamente da comunidade cristã, inclusive da comunidade eclesial, por sua forma de vida. Os religiosos quiseram estar separados e isto apesar de que sempre tenham trabalhado a serviço da sociedade humana (ensino, hospitais, investigação científica etc.). A evolução da qual falava antes, encontra aqui um exemplo de aplicação.

Evidentemente não se pode ser ingênuo. Para poder ter qualidade própria a comunidade religiosa tem que adquirir uma configuração muito própria e encontrar-se como comunidade. Tem que viver verdadeiramente em seu próprio interior, o **cor unum et anima una**, encarando-os em um tipo de existência preciso e particular. O que requer certa margem de intimidade. Todo o resto só seria palavreado. Esta comunidade tem que se constituir, igualmente de modo concreto e real em comunhão com o conjunto da comunidade cristã. Em outras palavras, não pode consentir em tornar-se uma cunha. Nem por cima

da comunidade cristã, nem em sua periferia, nem como corpo estranho, mas em pleno coração da **Koinonía** evangélica. Este é o seu lugar.

Isto exige, sobretudo hoje, atitudes concretas. Vou dar exemplos. Por que, especialmente aos domingos e dias de festa, não participar da eucaristia paroquial, em lugar de ter uma missa para si? Por que não tomar parte em grupos de estudos que estão se formando em toda parte? Por que não participar de certos acontecimentos importantes da vida cívica? De um modo mais radical: por que não se comprometerem os religiosos e as religiosas em instituições propriamente civis, como os outros cidadãos? O pertencer a uma comunidade religiosa não deveria cortar os laços que unem o religioso com os problemas e as preocupações de sua comunidade humana. Ao contrário, o que por sua profissão é um especialista da comunidade, deveria ter por ideal o irradiar entre os outros essa experiência que centraliza sua vida.

Fala-se muito de função profética da vida religiosa. Parece-me que é neste campo da comunidade humana que o profetismo tem que se exercer hoje. Efetivamente, em toda parte se ouve o apelo para a experiência da fraternidade. E esse apelo se dirige não só às igrejas como também a muitos setores da sociedade. Os religiosos deveriam intuir que se trata de um sinal do senhor. Não para utilizar este movimento em proveito próprio (o que seria odioso) mas, ao contrá-

rio, para procurar animá-lo e servi-lo.

Isto exige que na própria comunidade se esforcem por viver entre si, de um modo autêntico, a fraternidade evangélica. Infundido nesta a inquietude da comunidade humana e da co-participação de que se falou anteriormente. Isto não se pode realizar sem um exame sereno de muitas de nossas maneiras de agir. Em particular insisto na necessidade de um verdadeiro pluralismo que admita, no interior de uma autêntica comunhão de caridade, pontos de vista diferentes

sobre os problemas humanos e, às vezes, compromissos diferentes. A comunhão não se confunde com a uniformidade ou com o fato de pensarem todos da mesma maneira.

A liberdade pessoal tem que ser respeitada. Como poderiam personalidades fortes consentir em não ser elas mesmas? Para poder irradiar exteriormente, a comunidade religiosa tem que aprender a encarnar em sua vida diária uma reconciliação que não se confunde com uma negação das liberdades fundamentais da pessoa.

— Quando se afirma tanto a dimensão política do evangelho e da fé, não se teria que estudar o papel da vida religiosa no compromisso social, político e revolucionário?

A pergunta é muito delicada. Num momento em que se discute tanto este problema na Igreja, seria temerário querer deduzir imediatamente conclusões para a vida religiosa. Alguns meses atrás, no final de um congresso ecumênico durante o qual se havia debatido esses assuntos sob todos os aspectos, acabamos constatando que seria preciso previamente entrar em acordo sobre as noções de revolução e compromisso político. Cada um o entende a seu modo. Um ponto me parece claro.

O voto de pobreza religiosa, compreendido em toda a sua dimensão evangélica e nas perspectivas do anúncio do reino, obriga os religiosos a fazer sua a causa dos pobres, dos fracos, dos oprimidos. Os sinais da vinda do reino são,

como relatam os evangelhos e os Atos dos Apóstolos, que Jesus tenha dado de comer aos famintos, curado as enfermidades, afugentado a miséria. Por outro lado, numerosas comunidades se fundaram para o serviço gratuito dos pobres. Mas o que ocorre hoje?

Atualmente, ao menos na maioria dos países ocidentais, a esmola, a ajuda aos pobres, têm que tomar outras direções. Já não se trata de distribuir o excedente dos bens. Tampouco contentar-se em sanar as feridas que a sociedade ou a má repartição das riquezas produzem nos homens. É preciso ir à raiz mesma destes males. Aqui aparece o compromisso social ou político, no sentido que a teologia dá hoje a esse termo.

No que diz respeito à participação dos religiosos neste compromisso, uma coisa, ao menos, me parece segura: os religiosos devem evitar tornar-se cúmplices de tudo o que resiste aos esforços para desenraizar os males sociais. Pelo contrário, devem encarar com ânimo tudo o que lhes pareça exigido pela justiça e pelo amor. Como é possível que eles que se entregaram livremente à pobreza, não se sintam impulsionados a converter-se em porta-vozes e esteios dos verdadeiros pobres? E aqui é preciso tomar a palavra pobreza em todo seu alcance. Quando têm que trabalhar ao lado dos poderosos e dos ricos, teriam que tomar a peito o despertar neles a grave responsabilidade para com a justiça e o sentido de um amor realista a seus irmãos.

Esse é um modo privilegiado de exercitar para com eles a carida-

de evangélica. Parece-me, além disso, que as comunidades deveriam pensar em dedicar de um modo sério e total, alguns de seus membros a um serviço desinteressado aos mais pobres, a um trabalho de desenvolvimento social em nome do evangelho. Evidentemente não se trata de animar os religiosos a desfaldar todas as bandeiras vermelhas ou apoiar, sem discernimento, todas as contestações e todas as reivindicações. Ainda menos converter-se em propagandistas de calúnias ou juízos não fundados.

Seus juízos devem ser bem formados. Onde a justiça é clara, onde os pobres são oprimidos, onde outros homens se levantam para salvaguardar os direitos humanos, os religiosos seriam infiéis a seu apelo se cruzassem os braços ou se calassem. Já não seriam sinais proféticos do evangelho do Reino.

— Como a crise geral de fé que atravessa toda a Igreja afeta os religiosos e as religiosas?

Creio que a crise de fé presente em todas as igrejas explica em muitíssimos casos, a crise atual de vida religiosa. Se esta não tivesse por fundamento nada mais que o celibato ou a comunidade ou o serviço dos homens, como pensam alguns, em última análise, se poderia pensar que com uma fé um pouco abalada alguém continuasse encontrando-se bem. Não é preciso ser necessariamente discípulo de Cristo para buscar a comunidade, querer servir aos irmãos e por cau-

sa disso consentir no celibato. O fundamento da vida religiosa é uma vontade de seguir a Cristo de um modo radical, violento, o que implica necessariamente a fé.

Vou explicar-me sobre este radicalismo. E para isso vou valer-me da distinção de Max Weber, aplicando-a às orientações maiores dos tipos de vida cristã. Max Weber fala de uma moral de convicção e de uma moral de responsabilidade. Um exemplo vai esclarecer. Ninguém pode deixar de ad-

mirar e louvar o cristianismo que pode oferecer exemplos como o do Pe. Maximiliano K lbe, que oferece livremente sua vida por outro; ou daquele que tomando ao p  da letra o sermão da montanha d  mil cruzeiros ao que lhe cobra com justiça s  cem; ou do cristão que não oferece resistência às falsas acusa es. São gestos evangélicos. Obedecem ao chamado do absoluto que se encontra no cora o da vida cristã.

Que ocorre, porém, se esse homem   pai de família e se estes gestos são contra a segurança, a honra, o bem-estar de sua família? Neste último caso a fidelidade ao evangelho não exige que se aplique antes de mais nada ao dever que o liga a sua família? Vê-se assim como o evangelho desemboca em dois caminhos complementares de fidelidade, de santidade, dos quais um não   necessariamente mais perfeito que o outro. Como se poderia dizer que dar todos os bens por uma boa causa, arruinando a própria família, seja um ato de perfei o? Existe o caminho da convic o que põe o cristão numa situa o em que pode viver com força e convic o, a dimensão do absoluto, do radicalismo que está presente em toda vida cristã, porém, não pode sempre se realizar nela plenamente por causa das outras exigências do reino.

Existe, por outro lado, o caminho da responsabilidade, aquele que põe o cristão frente a frente

com estas outras exigências impostas pela situa o concreta do mundo. Entre estas exigências que requerem responsabilidade e a dimensão de radicalidade   preciso fazer um acordo. Nenhum destes caminhos   a priori mais perfeito, mais intrépido. A Igreja que constitui em uma espécie de tensão entre estas duas voca es: uma que sublinha como um sinal profético, o estrato profundo da chamada evangélica; outra que enfatiza a necessidade de uma ponte concreta e realista entre essa chamada e todo o humus humano.

  preciso admitir que a encarna o do reino exige tanto a segunda voca o, inclusive mais, como a primeira. No entanto, a primeira se enraíza mais unilateralmente no que o essencial da fé tem de próprio e  nico. Ainda suprimindo a fé,   possível encontrar sentido para uma vida centrada na responsabilidade (no sentido de Weber). Alguém pode consagrar-se de corpo e alma ao bem da humanidade, a serviço da cidade terrena,   alegria de um lar. Ao contrário, se   primeira voca o se suprime a fé, esta voca o da convic o se converte num absurdo e perde todo sentido, a menos que aceitemos canonizar a esquizofrenia.

Como pode alguém continuar centrando sua vida inteira em torno de valores cuja verdade já não aceita? Creio que já basta para se compreender porque a crise atual de fé se torna trágica para os religiosos. Põe em juízo sua lealdade para com o que eles escolheram como fundamento mesmo de sua existência.

— Os superiores não utilizam a conversão das pessoas e a vida de fé para defender as estruturas e não reformá-las?

É um perigo real pensar e falar de conversão pessoal, em fervor, em generosidade e esquecer-se dos grandes questionamentos que as estruturas, os comportamentos coletivos, os modos demasiado estreitos de conceber o apostolado comunitário. A reconversão à fé e a seu dinamismo não é um salto no vazio, no absurdo, mas uma adesão lúcida ao evangelho e a Jesus Cristo. Esta adesão longe de conduzir à aceitação incondicional de qualquer coisa, exige um juízo crítico sobre o que se põe a serviço da fé.

Esta falta de visão crítica foi precisamente no passado um dos dramas das comunidades religiosas, principalmente femininas. Tendia-se a pôr tudo no mesmo plano de igualdade, tanto o essencial como o accidental, a fé e a devoção, o autêntico e o duvidoso. Nada mais interessante do que passar uma visita pelas bibliotecas das comunidades. São abundantes os piores livros de piedade e os tratados de pseudoteologia. Com tal alimento

doutrinal não se pode julgar criticamente as estruturas e os métodos.

Como poder aceitar criticamente as descobertas da exegese e da teologia? Acaba-se sendo o canavial que se dobra a todos os ventos, passando de um excesso a outro, sem saber por quê. A renovação da fé que se quer radicalmente hoje dos religiosos implica uma formação para a lucidez da fé.

Só a este preço se pode adquirir a serenidade que permita progredir sem renunciar ao essencial. De outra maneira o radicalismo evangélico correria o risco de confundir-se com esta calamidade eclesiástica que é o integrismo. Seria muito grave que as comunidades religiosas se tornassem hoje força de oposição aos esforços do povo de Deus para que o evangelho seja legível e viável no mundo que está construindo. Converter-se-iam em pergaminhos de museu e já não seriam sinais visíveis da boa nova.

— Na atual e geral necessidade de renovação da fé, que funções deverá exercer a vida religiosa?

Creio que os religiosos, que estarão cada vez mais misturados com os outros homens no trabalho diário e nas preocupações da comunidade cristã, deverão aparecer principalmente como sinais existenciais da relação da fé com a realização do homem. Terão que mos-

trar que o enraizamento da vida no radicalismo evangélico, longe de obscurecer a alegria e a plenitude humana, se encontra em harmonia com elas. Na situação atual da Igreja isso me parece muito importante. Uma vida que quer situar-se no coração da fé realiza o

desejo profundo do homem, orientando-o ao mesmo tempo para Deus e para o serviço de seus irmãos, cumulando-o com a medida de felicidade que esta vida lhe pode conferir.

Uma felicidade realista, é marcada como toda verdadeira felicidade humana, com as cicatrizes do sofrimento e da luta. Não se trata do sonho rosa e infantil de uma felicidade de opereta. Uma felicidade adulta, de homem ou de mulher que não naufrague na busca ingênua de uma existência sem tropeços, sem decepções e sem lágrimas. Só uma felicidade desta classe vale a pena. Só ela pode proclamar o senhorio de Cristo e seu impacto sobre o homem. É a exigência de Deus de que tanto se fala hoje.

Será preciso acrescentar que isto exigirá de nossas comunidades que ofereçam aos religiosos condições de vida que permitam encontrar verdadeiramente essa qualidade de felicidade? É preciso evitar duas espécies de caricaturas. A caricatura que apresenta a comunidade funerária que ainda existe. Tudo nela é sombrio, triste como que saindo de um mundo à parte e que se assemelha a uma ante-sala do purgatório. Basta entrar para pôr fim ao sorriso e à alegria. A caricatura que apresenta a comunidade **play-boy** que surge aqui e acolá.

Comunidade de vida fácil, de "pobres pelo reino", de homens e de mulheres sem preocupações, que esqueceram que escolheram livremente "seguir Cristo" por um caminho árduo. Comunidade de mentira, onde falta o impulso e a generosidade e onde só se pode desenvolver um tipo de pessoa desvalorizada que foge da maior de todas as responsabilidades: a de ser sincero consigo mesmo. O absoluto de Deus, o único necessário, o acatamento de sua vontade, tem que aparecer como o lar da vida religiosa. Antes de tudo o serviço de Deus.

Outro nível de influência dos religiosos na fé do Povo de Deus e que de, uns dez anos para cá, dá muita importância à função da Igreja no mundo e a seu papel de serviço aos homens: o Povo torna a descobrir como tem de caminhar com todos os homens em um esforço comum para o progresso, a justiça e a libertação. O perigo, no entanto, está em que se chegue a esquecer ou a descuidar a relação com Deus que dá sentido a este compromisso. Se os religiosos estiverem em plena comunhão com seus irmãos cristãos, comprometidos também em tarefas humanitárias, então lembrarão a estes cristãos a referência a Deus, indicando-lhes assim o significado de seus esforços.

DUAS NOTÍCIAS

1

UMA FRATERNIDADE DE ACOLHIMENTO

Em Portogruaro, Província de Veneza, os Capuchinhos começaram uma fraternidade de acolhimento. Trata-se de uma comunidade que quer dar testemunho de fraternidade, dispondo-se a receber todas as pessoas que quiserem partilhar de sua vida, com o fim de os iniciar nos valores da fraternidade. Os interessados devem pedir para viver com eles e estar dispostos a rezar em conjunto com os irmãos. Para isso a oração é feita na Igreja, onde todos podem ir e em formas adaptadas a todos.

Há tempos de silêncio e de recolhimento destinados à reflexão, à uma reflexão mais pessoal com Deus, sobre os próprios problemas. Os irmãos procuram orientar os hóspedes sobre a forma de aproveitar os tempos de silêncio. Pelo que diz respeito ao trabalho, os sacerdotes atenderão ao apostolado local de acordo com a sua vida de oração; os leigos entregar-se-ão ao seu trabalho próprio e às obras de misericórdia. Procuram encontrar-

se com Deus e descobri-lo na história da salvação, nos acontecimentos de cada dia de sua vida pessoal, nos próprios carismas e nos encontros com os homens, cada um dos quais traz uma mensagem da parte de Deus que vive em cada irmão.

As pessoas podem entrar nesta fraternidade quer em grupos, quer pessoalmente. Se for um grupo, apenas o poderão fazer durante algumas horas ou momentos fortes. Individualmente, as pessoas podem ser recebidas também durante algumas horas ou alguns momentos fortes e também de modo permanente, de acordo com as condições de quem pede e as possibilidades da fraternidade.

Entre os fins a que se propõem estas fraternidades, destacam-se os seguintes.

- Descobrir o carisma próprio de cada um, numa linha de orientação vocacional.

- Dar-se conta dos valores da fraternidade humana, vivendo-a.
- Procurar Deus no silêncio, na oração e no serviço humilde.
- Conhecer de perto a vida religiosa que porventura alguém quiser abraçar e outras finalidades que a fraternidade deverá aprovar.

Os meios para descobrir estes fins serão a liturgia partilhada e

criativa, o colóquio pessoal, o diálogo em grupo, a leitura, a reflexão. Em resumo: trata-se de levar uma mensagem de fraternidade aos homens de hoje, lançar uma escola de pedagogia para a vida fraterna e levar os homens para Deus através dos outros.

Os homens de hoje podem encontrar-se melhor com Deus através da mediação do outro, do que da própria oração e contemplação.

2

LEITURAS DO POVO DE DEUS

É invariável tradição litúrgica a presença de comentários de autores cristãos na celebração das Horas, ao lado dos textos do lecionário bíblico. São trechos de homilias e de escritos dos Padres da Igreja, em torno dos grandes temas da história da Salvação apresentados pela liturgia da Igreja, e aptos a prolongar pela reflexão em comum e em particular, no recolhimento da consciência, as revelações da Palavra de Deus produzidas no acontecimento da celebração.

Depois do Concílio, tornou-se possível ampliar a faixa cronológica desses autores, incorporando-se ao patrimônio espiritual constituído por estas leituras as páginas mais expressivas de escritores contemporâneos e até mesmo, como já o fizeram tantos países, riquezas espirituais autênticas das Igrejas da Ortodoxia e da Reforma.

Forma-se, assim, em toda parte, um "corpus" de leituras extraordinariamente rico e sempre aberto a novos enriquecimentos e atualização.

Respondendo a esta situação e aos desejos manifestados por muitos religiosos, religiosas e leigos, os signatários desta apresentação, membros da Equipe de Liturgia da Comissão de Intercâmbio Monástico do Brasil (CIMBRA), tendo já editado, a serviço dos mosteiros beneditinos do país, lecionários para o Advento e a Páscoa, oferecem agora um terceiro trabalho do mesmo gênero, para o tempo denominado "do ano".

Começa no dia de Pentecostes.

Será um **lecionário mensal**, na base do Evangelho e da festa do dia, sem excluir outros textos bíblicos, sobretudo aos domingos e festas, em referência às leituras do

Breviário. Em geral haverá uma leitura por dia, três leituras por domingo, e duas nos dias de festa ou comemoração dos Santos, sendo a segunda em relação direta com o Santo ou a Santa do dia.

Nosso desejo é que este lecionário revista um caráter solidário e participativo.

Tal participação, esperamos, será numa linha crítica de julgamento (escolha, qualidade da tradução, textos a eliminar etc.) ou numa expressão das necessidades e desejos, bem como de sugestões a partir das próprias experiências; será, também, num comprometimento com a pesquisa. Nesse particular, solicitamos a indicação de textos com a referência do autor, editor, página (melhor transcrever o texto integral), sem esquecer a referência bíblica em que esteja interessado o colaborador. Cada mês será entregue uma lista de referências bíblicas conforme os dias do mês, para permitir maior colaboração.

O critério da escolha será mais de leitura espiritual, leitura experiência, do que propriamente de leitura-estudo.

Estamos certos de que tal colaboração representará um enriquecimento e, portanto, corresponsabilidade no crescimento espiritual do Povo de Deus.

Pedimos aos interessados que nos avisem quanto antes qual o **número de série** (cada série abrange um mês) que deseja adquirir.

O preço de cada série ainda não pode ser definido. Dependerá do número e série que publicarmos. Aproximadamente, cada mês constará de 45 a 50 leituras e será, pensamos, de mais ou menos Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) por série.

Toda correspondência deve ser encaminhada ao secretário da Equipe de liturgia da CIMBRA, cujo trabalho e sensibilidade faço questão de ressaltar: Estevão Bauzin. C. P. 1138 — 40.000 SALVADOR (BA).

D. Timóteo A. Anastácio, OSB

★

A primeira série que nos chegou às mãos, Ano B-6, de 10 a 30 de junho de 1973, 41 fichas, custa Cr\$ 5,00. Cada ficha Cr\$ 0,10. Assinatura por um ano: Cr\$ 50,00.

★

Leia um exemplo das "Leituras do Povo de Deus" na página 378 deste número de Convergência.

LIVROS NOVOS

O ENSINAMENTO DE IESCHUÁ DE NAZARÉ, Claude Tresmontant. Tradução do original francês **L'enseignement de Ieschoua de Nazareth** de Luís João Caio. Edições Paulinas. Ano 1972. Páginas 300.

Ieschuá, tal foi o nome autêntico de um rabino galileu que morreu pelo ano 29, na Judéia e que hoje chamamos Jesus. Seu ensinamento foi relatado por seus discípulos sob a forma de um **feliz anúncio** que nós chamamos evangelho.

Sob as traduções, sob as paráfrases, sob o peso dos séculos, sob o hábito, é fácil reencontrar este feliz anúncio. Reduzida com frequência a uma moral dita cristã, o ensinamento absolutamente não é estudado em si no frescor e na rudeza de sua expressão original.

Esclarecer o que foi este ensinamento, é o que tenta Claude Tresmontant neste livro. Porque se trata aqui de um ensinamento, de uma ciência profunda e, contudo, proposta a homens simples, e em sua própria linguagem. Uma ciência que trata do ser do homem e das condições de seu desenvolvimento, de seu acabamento.

Então pode-se finalmente colocar a questão: Quem é este homem, capaz de ensinar as leis da gênese do ser do homem? Não será, como o pensou o autor do quarto evangelho, o Pensamento mesmo do Absoluto? E quais são as implicações, se este ensinamento pode se verificar?

Claude Tresmontant, depois de várias obras consagradas ao pensamento hebraico e à metafísica cristã, publicou em 1966 **Comment se pose aujourd'hui le problème de l'existence de Dieu** onde estudou mediante as ciências atuais a possibilidade de um conhecimento natural de Deus. Depois numa outra obra **O Problema da Revelação** examinou a questão da manifestação de Deus na história bíblica.

O ENSINAMENTO DE IESCHUÁ DE NAZARÉ prolonga esta investigação. Pode Ieschuá ser considerado como o ensinamento pleno, a palavra mesma de Deus?

Entre os muitos meios com os quais a Igreja apresenta Cristo e a Palavra aos fiéis, a catequese é indubitavelmente um dos principais. Portanto, um nexó indispensável entre Bíblia e Cate-

quese, pelo que, quanto mais esta for eficiente, tanto mais autêntico será o encontro da alma com Cristo. Aquele indizível sobressalto interior e aquela convicção pessoal suscitados pela singularidade irrepetível do nazareno, em cada alma sinceramente disposta, são geralmente inconcebíveis sem a Bíblia e a Catequese.

SABER-SE AMADO. Um exemplo das “Leituras do Povo de Deus”, de que se falou às págs. 325 e 375.

João 15,9-11; 14,18-20

André Brien

A inquietação experimentada por tantos de nossos contemporâneos tem uma causa última que envolve praticamente todas as outras: o caráter impessoal da nossa civilização. Quantas pessoas em nossa época, que não são amadas por ninguém, e tem o sentimento de que nenhum olhar se fixa verdadeiramente no que elas são! Quantos homens e mulheres sentem que, mesmo quando são às vezes procurados, é unicamente em razão do que se pode retirar deles, e não por causa do que eles são em si mesmos. Dentro de tal ambiente, as relações humanas se tornam cada vez mais difíceis: as dos esposos nos lares, as dos jovens com seus pais, as dos colegas ou companheiros de trabalho nas empresas, escolas, universidades. Ora, como encontrar a felicidade, se alguém não é reconhecido, estimado

e finalmente amado? Como esperar para a humanidade um futuro melhor se se tem o sentimento que no coração da realidade só há indiferença às pessoas, dureza e finalmente “acaso e necessidade”?

Quem nos dirá que o homem com sua espera incoercível de amor não é um ser estranho, anormal surgido fortuitamente num mundo que lhe restaria estranho, mas, sim que ele é um ser conhecido e amado de toda a eternidade por aquele que o faz existir: Deus, cuja imagem ele traz? Quem nos dirá isto senão Jesus Cristo? E é aqui que devemos notar que Jesus Cristo, à primeira vista, inútil, é de fato necessário aos homens de nosso tempo. Porque estes dispõem de todas as certezas, salvo da única a permitir viver: **saber-se amado.**

Mas, quem é, pois, Jesus Cristo?

Jesus Cristo é, antes de tudo, uma presença fraterna. Ele está conosco, no quadro de nossa existência cotidiana, com suas limitações, suas estreitezas, seus sofrimentos e amarguras. Mas ele não está simplesmente conosco para ser sacudido, como nós, pelas vagas dos choques sociais, das lutas de morte, da hipocrisia, do malogro ou do abandono. Ele está conosco para nos oferecer um caminho para a liberdade e a esperança. Jesus Cristo é isto: não um Senhor longínquo insensível ao que é para cada um de nós o peso da vida, mas um Irmão que nos conduz, através da sua própria maneira de viver o cotidiano da existência, para o lugar onde tudo, enfim, desemboca na luz, onde tudo retoma sentido.

Fora de Jesus Cristo, Deus torna-se para nós distante, inacessível e muitas vezes ameaçador. Ele é para muitos de nossos contemporâneos, aquele em quem a gente não ousa orar, ou não o sabe. Jesus Cristo nos diz Deus como aquele nos conhece a cada um. De tal sorte que, a partir do momento em que aceitamos tê-lo por irmão e nos deixamos guiar por ele, sabemos que não somos mais sós. Por Jesus Cristo, sabemos que Deus está conosco e nos ama. Ora, esta é a certeza essencial de que precisamos para viver! Aquele que se sabe co-

MAIO CONCILIAR E LITÚRGICO, Pe.

Afonso Rodrigues, SJ. Edições Loyola.

Ano 1973. Páginas: 150.

Sinceramente nossa pastoral das paróquias, colégios, movimentos familiares, com jovens etc. tem perdido muito de sua eficácia, se deixa de lado uma sólida devoção a Maria Santíssima. Ela, por vontade de Deus, é parte essencial da história da nossa salvação.

Houve quem, querendo combater uma devoção sentimentalóide e até supersticiosa a Nossa Senhora, caiu no extremo oposto de desconhecer o papel de Maria nos planos de Deus e na história dos homens. Quando assumi a Paróquia São Luís, São Paulo e a direção pastoral do Colégio São Luís, pedi ao Pe. Afonso Rodrigues, profundo conhecedor da mariologia, que coligisse trechos bíblicos e conciliares mariológicos para serem usados, como temas de reflexão e homília, nas missas do mês de maio.

Pe. Afonso Rodrigues fez um pequeno tratado litúrgico-bíblico-conciliar sobre Nossa Senhora. É litúrgico, porque

nhecido e estimado pode ter confiança na vida, olhar o futuro e reencontrar seus irmãos! Amados por Deus, podemos por nossa vez amar e criar em volta de nós esses focos de afeição, de respeito mútuo e de esperança, de que tanto precisa o mundo moderno.

(Jésus Christ inutile et pourtant nécessaire, Conférence de Notre-Dame de Paris, 28 février 1971, Edit. Bayard-Press, Paris 1971, p. 22-24, 25-26, 28-29).

se condensa nos textos da missa, ações litúrgicas, do mês de maio. É bíblico, porque o tema da história da salvação com sua protagonista, Maria Santíssima, é apresentado nos textos tirados das Sagradas Escrituras. É conciliar, porque oferece à consideração e assimilação dos fiéis o conteúdo mais marcante do Vaticano II nos textos dos títulos, entradas e orações das missas de maio.

Maria Santíssima precisa estar mais presente em nossa pastoral. Não tenhamos medo. Ela nos conduzirá com segurança e solidez a Cristo seu Filho e nosso irmão. **(Pe. Aloísio Pena, SJ).**

Essencialmente o livro contém trinta e duas missas com texto de entrada, oração, leitura, meditação, evangelho, oração sobre os dons, comunhão e pós-comunhão. É de grande utilidade para paróquias e igrejas de nossos colégios.

SER MAIS, Pe. Tomás Enriquez, SJ.
Edições Loyola. Ano 1973. Páginas: 124.

Tornou-se vulgar e rotineira a frase de que o homem deseja ser feliz. Trocá-la-emos por esta outra "ser mais?" Seja como for, ser feliz ou ser mais é uma aspiração de todos os homens. O problema não consiste no jogo de palavras, senão na compreensão e profundidade das frases.

Uns colocam sua felicidade no ter, outros no saber, outros no participar. O importante está em não inverter os termos tomando o meio como fim.

Neste livro **SER MAIS** insiste-se no conhecimento da riqueza do homem e no modo de exauri-la através do amor e do serviço, para que chegue efetivamente a ser mais. Explicam-se os níveis do crescimento humano, a hierarquia dos valores, que como estrela deve

O BRASIL CRESCE, Educação Moral e Cívica. Livro para o primeiro grau da 5.^a à 7.^a série. G. Galache e Maria T. Pimentel. Edições Loyola. Ano 1973. Páginas: 208.

A insistente solicitação de vários professores levou os autores do conhecido livro **CONSTRUINDO O BRASIL**, Educação moral e cívica para as 3.^a e 4.^a séries ginásial e 1.^o e 2.^o anos do curso científico, Edições Loyola, 1970, a elaborarem o presente livro didático **O BRASIL CRESCE**, para o nível correspondente aos alunos das 6.^a e 7.^a séries do primeiro grau.

Os autores acompanharam neste volume o vasto programa sugerido pela Comissão Nacional de Moral e Civismo,

guiar o agir humano, os processos sociológicos atuais que podem integrar o homem na sociedade e, mais do que nada, a dinâmica da consciência humana, que, afinal, realiza e conduz o homem à sua plenitude. É difícil **SER MAIS** num mundo em que somos condicionados fortemente pelo meio ambiente, dia-a-dia mais avassalador, pelos **mass media** que nos dirigem sem percebê-lo, pela tecnocracia, que nos convertem em robots dirigidos. Mas não é impossível **SER MAIS**. Logo o devemos ser.

As ciências sociais e psicológicas não nos separarão de nosso fim se elas forem bem compreendidas. Elas, entretanto, não bastam. Existe algo além dos processos sociológicos.

seguido uma ordem original: 1.^o) Visão do homem no mundo. 2.^o) O homem social e as sociedades. 3.^o) O Brasil e o homem brasileiro. 4.^o) O homem moral e religioso.

O método seguido aqui é semelhante ao adotado em **CONSTRUINDO O BRASIL**, sendo também um livro que mais que instruir, procura ensinar a viver. Encarna a doutrina em maior abundância de exemplos, utilizando uma linguagem adaptada à idade e preparo dos alunos.

Como aconteceu com o livro **CONSTRUINDO O BRASIL**, considerado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo como um dos melhores livros da matéria, esperamos também que este satisfaça plenamente e contribua para a promoção do caráter, do patriotismo, do senso social e religioso do aluno.

O título, sugerindo dinamismo, sintetiza muito bem a intenção dos autores: O Brasil cresce e deve ainda crescer; tal crescimento, porém, não se realizará sem a promoção humana de todos os brasileiros e sem a colaboração solidária dos mesmos.

FUNDAMENTOS CIENTÍFICOS DA COMUNICAÇÃO, Editora Vozes. Ano 1973. Páginas: 300.

O volume é de uma equipe de professores. Cada um escreveu sobre o tema da própria especialização. Assim encontramos no volume:

FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA COMUNICAÇÃO, Expedito Teles, SJ.

A linguagem biológica da comunicação. Compostos orgânicos precursores da vida. A moeda energética universal da vida. Os fosfatos de adenosina. As moléculas da vida: as proteínas. O segredo da vida: os ácidos nucleicos. Bibliografia.

FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS DA COMUNICAÇÃO, João Pompeu de Sousa Brasil. Bases bio-antropológicas da comunicação humana. Cultura e comunicação. Bibliografia.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA COMUNICAÇÃO, José Maria Nascimento Pereira. As funções mentais da comunicação. A personalidade na comunicação. Aplicação da Psicologia na comunicação. Bibliografia.

FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA COMUNICAÇÃO, Eduardo Diatay Bezerra de Menezes. O processo da comunicação humana: modelos. Tipos e níveis de comunicação. Estrutura e conteúdo da comunicação. Bibliografia.

FUNDAMENTOS LINGÜÍSTICOS DA COMUNICAÇÃO, Marcondes Rosa de Souza. Semiologia e linguística. A língua como um código de comunicação. As unidades de significação da linguagem fônica. Unidades funcionais da linguagem verbal. A gramática do discurso. Bibliografia.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA COMUNICAÇÃO, Adísia Sá. Filosofia e conhecimento. Teoria do conhecimento. Análise do conhecimento. Filosofia e comunicação. Bibliografia.

VIDA PARA ALÉM DA MORTE, Frei Leonardo Boff, OFM. Editora Vozes. Ano 1973. Páginas: 206.

Era uma vez um homem que acreditava na terra dos justos e dos bons. Deve haver, neste mundo de Deus, uma terra dos justos e dos bons. Por que não deveria haver? Nesta terra os homens bons e justos se amam como velhos amigos, se auxiliam como irmãos e se acolhem mutuamente como se fossem hóspedes que chegam cansados, sedentos e famintos, de longa viagem. Nesta terra tudo é belo, ridente, agradável e bom.

Essa era a terra que o homem queria sempre buscar e encontrar. Era pobre. Peregrinava aqui e acolá. De repente deu-se conta de que estava velho e fatigado. Tão acabado que não lhe restava outra coisa senão deitar-se e morrer. Ainda assim cobrou ânimo, sorriu levemente e disse de si para consigo mesmo: “Bobagem! Eu agüento nada! Espero um pouco mais e mais um pouco, me arranco desta vida e me largo para a terra dos justos e dos bons”. A terra dos bons e dos justos era a sua única e grande alegria.

Aconteceu, porém, que naquelas bandas — pode ser tanto a Sibéria como o nosso sertão — apareceu um homem, considerado eminente sábio. Trouxe muitos livros, projetos, mapas e outras tantas coisas que fazem alguém ser considerado sábio.

O velho com os olhos faiscantes de ansiedade, perguntou ao sábio: “Senhor, diga-me, por favor, onde está a terra dos justos e dos bons?”

O sábio nem olhou para ele. Mas pegou nos livros e nos mapas e começou a folheá-los, compulsá-los e examiná-los com o dedo nervoso. E concluiu: “A terra dos bons e dos justos não existe! Os mapas são minuciosos e completos. Mas não indicam a terra dos justos e dos bons.”

O velho perde o brilho de seus olhos de criança. Não quer, não pode acreditar. Retorna com leve esperança:

“Senhor, olhe mais uma vez. A terra dos justos e dos bons está lá, eu sei.

Deve estar lá. Caso contrário seus livros são lendas e mentiras. Não valem uma telha quebrada.”

O sábio sentou-se ofendido. “Meus livros são todos científicos e meus mapas descritos com as técnicas mais avançadas, baseados nas fotografias feitas por satélites artificiais. A terra dos justos e dos bons não existe. É sonho de um velho caduco!”

O velho dos olhos parados se enfureceu sobremaneira.

“O quê? Eu vivi e vivi, esperei e esperei e acreditei numa terra dos justos e dos bons. E conforme seus mapas não existe nenhuma! Isso é sonho de um velho caduco. Isso é trapaça!”

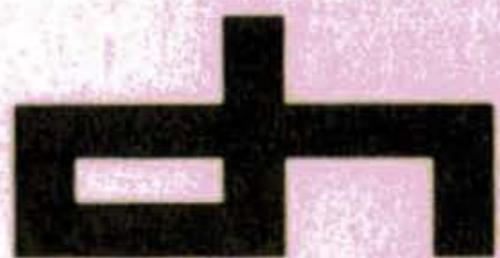
Voltou-se para o sábio e disse-lhe:

“Você, charlatão insolente e prestidigitador barato! Você não é nenhum sábio e sua ciência não passa de elaboração de uma cabeça tresloucada.” E deu-lhe uma, duas, três pancadas na cabeça. Mais uma e novamente mais uma até sete. Depois foi para casa. Deitou-se na cama e disse: “Desta vez entendi tudo. Vou para a terra dos bons e dos justos...” E morreu.

Esta é a introdução escrita por Frei Leonardo Boff, OFM, para VIDA PARA ALÉM DA MORTE, onde expõe de maneira atual e aprofundada, como sempre costuma fazer, os temas da morte, do juízo, do inferno, do purgatório, do paraíso. Paga a pena ler, refletir, meditar sobre o livro.

O MELHOR QUE SE PODE FAZER PELO BRASIL É CRESCER COM ELE.

O Banco Denasa tem crescido com este país. Ajudando-o a crescer. No momento em que você lê este anúncio, pode haver um especialista do Banco Denasa orientando um investimento. Processando financiamentos mais rápidos. Procurando dar maior rendimento às aplicações de pessoas como você. É a nossa maneira de semear progresso e desenvolvimento. Fazendo crescer indivíduos. Empresas. E mesmo uma nação.



BANCO DENASA de investimento s.a.

dirigido por nomes que você conhece

Presidente do Conselho de Administração
Juscelino Kubitschek

BRASÍLIA - RIO - SÃO PAULO - BELO HORIZONTE